



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

RAIRA VIEIRA DA CRUZ

RACISMO, MARGINALIZAÇÃO DO CORPO NEGRO NA RUA

Salvador

2019

RAIRA VIEIRA DA CRUZ

RACISMO, MARGINALIZAÇÃO DO CORPO NEGRO NA RUA

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Msc^a. Elisangela de Souza Santos

Salvador

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

RAIRA VIEIRA DA CRUZ
RACISMO, MARGINALIZAÇÃO DO CORPO NEGRO NA RUA

O trabalho de conclusão de curso apresentado foi avaliado e aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, conferido pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, *Campus Federação*, Salvador - Bahia.

Salvador, 12 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Msc.^a Elisangela, de Souza Santos

Universidade Católica do Salvador

Orientadora

Prof.^a Msc.^a Caroline Ramos, do Carmo de Souza

Universidade Católica do Salvador

Examinadora Interna

Gilcilene Ferreira Silva

Universidade Católica do Salvador – Projeto Levanta-te e Anda

Examinadora Externa

Dedico às pessoas que se encontram em situação de rua, ou que já superaram a situação de rua, também dedico a todas e todos que não sobreviveram a situação de rua, especialmente a população preta e ao público LGBTQI+ que são marginalizadEs e inviabilizadEs nas ruas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Daniela Nunes Vieira a minha mãe que ao longo desses anos sofreu junto comigo, me deu colo, puxões de orelha, afeto... Nós conseguimos!

A Maria Alice Nunes Vieira minha Vó por me alimentar de fé e de comida, pelas águas benta, pelas rezas que me livraram de muitas coisas, agradeço minha afilhada Darfny Rafaela que me tirou do meu conforto diversas vezes, me ensinando até mais paciência, a minha sobrinha Alicia Silva que chegou nesse final de curso trazendo a alegria para família, a todas as minhas primas especialmente Dyane Kauanne, Dandara Vieira, Aiala Dalece, Dara Danielly, também agradeço a todas as minhas tias principalmente Dominique Nunes, Domenica Nunes e a toda minha família que torceram por mim.

Ao meu avô materno Dalmiro Vieira, a meu pai Railton Ferreira e minha vó Railda da Cruz (In memorian) que não puderam infelizmente ter alegria de me vê adentrar ao espaço universitário, mas com certeza estariam felizes com essa conquista.

A todas minhas amigas e amigos especialmente a Tainara Vilaça que me deu apoio e me doou um pouco do seu tempo para me ouvir falando da Ucsal nesse período e pelos diversos conselhos, companheirismo de sempre.

As minhas amigas da Ucsal, Verena Elioterio minha irmã, obrigada por dividir sua mãe, obrigada pelos salgados ao longo do semestre, desabafos nas madrugadas pós aulas, agradeço a sua família por me abrigar e obrigada por me ensinar a como se atrasar.

A minha amiga Perla Leitte por me doar seu carinho de mãe amiga, obrigada pela acolhida na sua casa e pelos conselhos, pela paciência e pelos cafés, comidas, risadas, broncas, e principalmente pela paciência, fugas da universidade, pelo apoio ao longo do curso, obrigada por tornar este espaço (Ucsal), um local menos difícil.

A minha amiga Luma Isabel pelas distrações e conversas, e pelas novas figurinhas do Whatsapp, pelos brigadeiros em Fernando, os acarajés da vida e fugas da universidade essenciais para se manter viva neste espaço, por me ensinar o significado de força e fé mesmo nas dificuldades e perdas que viver nos proporciona, obrigada por ser LUMA LUMA ISABEL!!

A minha dupla de amei e parabéns, minha amiga Ingrid Carvalho pela paciência e companheirismo durante a execução do Projeto de intervenção no estágio e pós estágio, obrigada por partilhar este processo comigo, pela paciência, pelos conselhos, socorros durante esse processo doloroso de escrita que passamos, obrigada!

A mais nova Assistente Social e minha amiga Erica Pereira pela amizade, pelo auxílio e acolhimento no estágio supervisionado em Serviço Social dentro Projeto Levanta-te e Anda que foi importante no meu desenvolvimento no campo de estágio.

A Clara Maiana, Priscila Cazumbá, Lorena Ingrid, Geisa Ferreira, Daniel Feliciano que me ajudaram desde formatação de trabalho há como entrar no ônibus errado.

As mães das minhas amigas da Ucsal que sempre ficaram preocupadas com a minha viagem no Ferry Boat e que torceram pela minha sobrevivência.

Aos meus amigos que estudaram comigo no Ensino Médio no Colégio Estadual Júlio Virgínio de Santana.

Aos meus amigos e amigas do ferry boat que fizeram da viagem Bom despacho/Salvador um pouco menos cansativa.

Agradeço a minha eterna coordenadora e Professora Caroline Ramos do Carmo de Souza pelo cuidado, pela dedicação, pelo apoio, pela existência e resistência dentro da Ucsal enquanto mulher, mãe, negra.

Agradeço a minha digníssima orientadora Elisangela de Souza Santos pela paciência desde estágio supervisionado II e III em Serviço Social, pelas risadas, pelo apoio, pelos puxões de orelhas, pelo cuidado, pelas palavras, pelos memes, figurinhas, pelo empenho e dedicação, por acreditar na minha capacidade, por ser essa pessoa debochadíssima, obrigada pelo compromisso profissional, pela sua compreensão da realidade durante este processo monográfico perante a todas as dificuldades, fazendo-se presente sempre, enfim, aceito ser uma das suas Gremlins, obrigada por A ORIENTADORA!!!

As professoras e professor especialmente Elizabeth Martins, Noilton Jorge, Maria de Fátima, Maura Avena.

A Maria Conceição que sempre estava disposta e de portas abertas no Nac 2, a Eusébio e Pedro pelas conversas, risadas, xerox, grampos.

Ao Projeto Levanta-te e anda pela experiência do estágio que foi essencial para a temática deste TCC, agradeço também minha supervisora de campo Gilcilene Ferreira por ter me dado à oportunidade de aprender e pela competência de ensinar, aos acolhidos do projeto que me fizeram ter diversas reflexões e me proporcionaram compreender o que é está na condição de rua, em especial (In memoriam) Valter um dos acolhidos do projeto que me ensinou sobre força e esperança apesar das dores, a Alexia mulher trans que teve sua vida e morte negligência pela situação de rua e por ser mulher trans.

Agradeço a todos e todos que direta ou indiretamente torceram e me apoiaram nesse processo!

Pretos e pretas estão no topo

Da lista de desempregados e desempregadas

No topo do encarceramento

No topo do analfabetismo

No topo das vulnerabilidades sociais

Homens pretos estão no topo da taxa de homicídios

Mulheres pretas estão no topo das taxas de feminicídio

Estão no topo dos índices de violência obstétrica

No topo da Violência sexual

Pretos estão no topo dos índices de suicídio

Pretos estão no topo da Violência policial

Pretos e Pretas são o topo do número de pessoas em situação de rua

São o tempo dos sub-empregos

Gays Pretos, Lésbicas Pretas, Trans pretes, são o topo da lista de vítimas da lgbtfobia.

Crianças Pretas são o topo da lista de mais violentades nas escolas

O topo da evasão escolas.

Entre os menores salários, gente preta é o topo.... De que topo estamos falando?

Porque o topo real que vivenciamos, enquanto povo, é o da desgraça do

Extermínio. Atentemos a isso!? Topo será emancipar um povo.

Um povo, não indivíduo!

O preto no topo é antítese. Não é sobre urgência de emancipação do povo, por isso é tão individualizada, tão exclusive para quem acessa um lugar em meio aos que trabalham para manter nossas condições marginalizadas.

Um preto na tv não é topo.

Uma pessoa preta em capa de revista racista, não é topo.

Uma pessoa preta em caldeirão de racista, não é topo.

Uma pessoa preta em baile de gala, não é topo.

Uma pessoa preta referendada pela branquitude não é topo. Inclusive, precisa tomar cuidado quando passa a ser muito mais ouvida por esse grupo de que pelos seus iguais...

Os exemplos estão aí e todos temos vários.

A ideia de topo exclusivo brilha os olhos. Aproxima e assimila. Destaca um ou

outro, mas no fundo mesmo, é distração para que o problema real não seja enfrentado. Nosso povo segue na condição de miséria e o “preto no topo”, serve para tirar foco.

O topo cantado por quem passa pelo crivo branco é só mais uma parte da estrutura racial que seleciona.

O topo que muitos fantasiam e gritam quando chegam é, na verdade, o sótão da casa grande moderna anti-racista da diversidade, e isso em nada tem a ver com a luta de reconfigurar uma sociedade muito bem estruturada no racismo.

É isso.

- Roger Cipó

CRUZ, Raira Vieira da. **RACISMO, MARGINALIZAÇÃO DO CORPO NEGRO NA RUA**. Orientadora: Elisangela de Souza Santos.2019.59ffs.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social. Universidade Católica do Salvador-UCSAL.Salvador,2019.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) surgiu a partir das vivências e observações dentro do campo de estágio supervisionado obrigatório I, II e III do curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador no Projeto Levanta-te e anda, que funciona atualmente como Centro de convivência diurno para pessoas adultas em situação de rua. O objetivo geral deste trabalho buscou compreender as manifestações do racismo no modo de vida do homem negro em situação de rua. Está fundamentado na teoria marxista e com abordagem dialética e o método de procedimento histórico e interseccional, com intuito de compreender o homem negro em situação de rua além da categoria classe, mas também com uma noção interseccional, através das categorias de raça, gênero e classe social. Foi utilizada a pesquisa documental nos documentos do Projeto Levanta-te e anda, relatórios e diário do campo produzidos durante estágio supervisionado e revisão bibliográfica de artigos, livros, tese, dissertações e monografias. Torna-se relevante à temática, para entender o processo de formação do Brasil percorrendo desde o Brasil colonial até a contemporaneidade, abordando o contexto histórico analisando seus determinantes sociais, culturais, econômicos, que irão implicar a condição do homem negro em situação e a questão racial enquanto fenômeno estruturante. O papel do Serviço Social no enfrentamento desta expressão da questão social debruçado na perspectiva da interseccionalidade, é de extrema necessidade para categoria profissional na medida a profissão traz na suas competências e atribuições um compromisso pela não discriminação de raça, gênero, etnia visando a emancipação e a garantia dos direitos.

Palavras-chave: Questão Social. Racismo. População em situação de rua. Homem negro. Marginalização.

CRUZ, Raira Vieira da. **RACISM, MARGINALIZATION OF THE BLACK BODY ON THE STREET**. Advisor: Elisangela de Souza Santos.2019.59ffs.Course Completion Work (Graduation in Social Work) Social Work School. Catholic University of Salvador-UCSAL.Salvador,2019.

ABSTRACT

This course completion work (TCC) emerged from the experiences and observations within the mandatory supervised internship camp I, II and III of the Catholic University of Salvador Social Work course in the Stand Up and Walk Project, which currently functions as Day care center for homeless adults. The general objective of this work was to understand the manifestations of racism in the way of life of black man in homeless situation. It is grounded in Marxist theory and dialectical approach and the method of historical and intersectional procedure, in order to understand the black man in the street situation beyond the class category, but also with an intersectional notion, through the categories of race, gender and class. Social. Documentary research was used in the Stand Up and Walk Project documents, reports and field diary produced during supervised internship and bibliographic review of articles, books, thesis, dissertations and monographs. It becomes relevant to the theme, to understand the process of formation of Brazil from the colonial Brazil to contemporary times, addressing the historical context analyzing its social, cultural and economic determinants, which will imply the condition of the black man in situation and the issue. as a structuring phenomenon. The role of Social Work in addressing this expression of the social issue from the perspective of intersectionality is of extreme necessity for the professional category as the profession brings in its competences and attributions a non-discrimination of race, gender, ethnicity aiming at emancipation and the guarantee of rights.

Keywords: Social Question. Racism. Homeless population. Black man. Marginalization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Perfil da população em situação de rua segundo o gênero, Salvador, 2016.	42
Tabela 2 Perfil da população em situação de rua segundo a cor/etnia, Salvador, 2016.	42
Tabela 3 Perfil da população em situação de rua segundo o gênero, Salvador, 2008 a 2018.	44
Tabela 4 Perfil da população em situação de rua segundo cor,raça/etnia Salvador, 2008 a 2018.....	45

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ASA	Ação Social Arquidiocesana
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CE	Código de Ética do/a Assistente Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SIS	Síntese de Indicadores Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O RACISMO E A CONDIÇÃO DE SER HOMEM NEGRO NO BRASIL	16
1.1. PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL E SEUS DETERMINANTES NA VIDA POPULAÇÃO NEGRA	16
1.2. DA EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA AO DESEMPREGO ...	25
1.3. A CONDIÇÃO DE SER HOMEM NEGRO NA CONTEMPORANEIDADE ...	31
2. GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA E A CONDIÇÃO DE RUA DO HOMEM NEGRO EM SALVADOR.....	37
2.1. A RELAÇÃO ENTRE EXTREMA POBREZA E A MARGINALIZAÇÃO DO CORPO NEGRO EM SALVADOR: A REALIDADE DO PROJETO LEVANTA-TE E ANDA.....	37
2.2. SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DA ARTICULAÇÃO DA CATEGORIA RAÇA, CLASSE E GÊNERO.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

O referente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como pressuposto atender à necessidade para a aquisição do título de bacharela em Serviço Social na Universidade Católica do Salvador.

O interesse em trabalhar e pesquisar a temática relacionada ao homem negro em situação de rua, surgiu em decorrência da experiência no campo de estágio supervisionado curricular I, II e III entre os anos de 2018 e 2019, no Projeto Levante e Anda na cidade de Salvador na Bahia.

Tem como objetivo geral compreender as manifestações do racismo no modo de vida do homem negro em situação de rua cidade de Salvador, definiu-se como objetivos específicos a análise do perfil homem em situação de rua, de que maneira o racismo pode ser um fator condicionante para estes homens negros que estão situação de rua. O mesmo também buscar entender como o Serviço Social vem enfrentando a expressão da questão social com articulação das categorias raça, classe e gênero, na compressão de um olhar interseccional.

Diante desse pressuposto, elencou como questão norteadora: De que maneira o racismo determina as condições de vida do homem negro em situação de rua? Para responder essa questão, esse trabalho foi organizado em dois capítulos.

O capítulo I tem como proposição fazer uma análise crítica do processo de formação da sociedade brasileira, explanando desde o Brasil colonial até os dias atuais, para compreender os determinantes sociais, culturais, econômicos que permeiam e determinam a vida do homem negro em situação de rua. Subsidiado pôr autores e autoras como a exemplo de Darcy Ribeiro, Jaime Pinsk, Gilberto Freyre, Olga Pereira que foram essenciais para a contextualização sócio histórica do Brasil.

Além disso, aborda-se a questão da exploração da mão obra escrava e a relação com o desemprego, explicitando assim, como condição relegada a população negra desde abolição da escravidão, de modo que, a Lei Áurea somente extingue a escravização da população negra, relegando os mesmo ao estado de marginalidade social, política, econômica, que se estrutura e se agrava na sociedade capitalista. Para isso, foi necessário trazer alguns autores e autoras que discute a questão do trabalho pós abolição e a questão étnico-racial como por exemplo Tereza Martins, Magali Almeida, Mário Theodoro entres outras e outros.

Diante disso, buscou-se compreender a condição de ser homem negro na contemporaneidade para entender assim os determinantes e condicionalidades de ser homem negro, desde a não escolarização proveniente do período de escravização dos corpos negros, ao provimento da sua família, com intuito de contextualizar a condição de marginalização relegada a população negra, com ênfase no homem negro. Para fundamentar essa compreensão foi necessário trazer feministas negras a exemplo bell hooks e alguns noticiários de jornais afim de entender o que é ser homem negro no Brasil.

No capítulo II procurou-se desdobrar na problematização sobre o genocídio da população negra e a condição de rua do homem negro em Salvador analisando o contexto histórico da formação da cidade soteropolitana, a fim de interpretar e analisar o movimento de habitação e urbanização da cidade e correlação com empobrecimento histórico de uma parcela da sociedade. A partir disso, buscou-se informações acerca do homem negro em situação de rua embasado no perfil do homem negro assistido pelo Projeto Levanta-te e Anda, com a finalidade de assimilar a vinculação da extrema pobreza com a marginalização do corpo negro em Salvador, compreendendo-os inserido articulação das categorias raça, classe e gênero e a atribuição do Serviço Social no enfrentamento da questão social. Baseado em Carmelita Yasbek, Sandra Carvalho, Caroline Ramos, Carla Akotirene, Lelia Gonzalez entres outras que foram primordiais para a construção deste trabalho.

Com o intuito de atender os objetivos foi necessário usar o método de abordagem dialético, método de procedimento histórico e interseccional para compreender o processo de construção sócio histórico do Brasil, a condição do homem negro na sociedade, a relação do trabalho escravo ao desemprego, a maneira como o racismo pode ser um fator condicionante para o homem negro que se encontra em situação de rua.

Assim, os métodos foram essenciais para compreensão tanto do fenômeno população de rua, quanto os determinantes da questão étnico-racial na vida homem negro tendo como base a teoria marxista, com uma abordagem interseccional, para compreender como as/os Assistentes Sociais vem enfrentando o objeto de intervenção profissional, que é a questão social, pelo olhar da intersecção das categorias raça, classe e gênero.

Vale salientar que a referida pesquisa foi realizada através de uma pesquisa documental com revisão bibliográfica, baseados em artigos científicos, livros, artigos de jornais, teses, dissertações, monografias, relatos do diário de campo produzindo durante o estágio supervisionado I, II e III no Projeto Levanta-te e Anda, leitura e análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, estudo de dados do Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente de 2016 e dos documentos do Projeto Levanta-te e Anda e da pesquisa “Levanta te e anda: Uma década promovendo inclusão social e experiências humanas” realizada junto o Núcleo de estudos sobre direitos humanos da Universidade Católica trazendo dados de 2008 ano de criação do projeto à 2018.

Vale reforçar que é quase inexistente os estudos acerca da problemática situação de rua enxergando como determinantes as questões étnico-racial e a de gênero, ressalta-se que é de extrema necessidade debater essas categorias, a fim trazer uma reflexão sobre possíveis estratégias na construção da autonomia e ampliação de direitos da população em situação de rua.

1. O RACISMO E A CONDIÇÃO DE SER HOMEM NEGRO NO BRASIL

Quando me amam, dizem que é apesar da cor da minha pele. Quando me detestam, se justificam dizendo que não é pela cor da pele. Em uma ou outra situação, sou prisioneiro de um círculo infernal.

- Frantz Fanon

Este capítulo irá apresentar alguns elementos sobre o processo de formação da sociedade brasileira, discorrendo desde o Brasil colonial até a contemporaneidade, abordando o contexto histórico analisando seus determinantes sociais, culturais, econômicos, com a finalidade de trazer a compreensão da questão racial como categoria condicionante na vida homem negro.

1.1. PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL E SEUS DETERMINANTES NA VIDA POPULAÇÃO NEGRA

Os povos¹ indígenas que habitavam no Brasil antes da chegada dos portugueses, viviam da caça, da pesca, da atividade agrícola produzida no Brasil, Ribeiro(1995) afirma “ que é de assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados”.

Na Terra de Palmeiras parafraseando Gonçalves Dias, que era o nome do Brasil batizado pelos indígenas na língua Tupi-Guarani² chamavam de Pindorama.

Os grupos indígenas encontrados no litoral pelo português eram principalmente tribos de tronco tupi que, havendo se instalado uns séculos antes, ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. Somavam, talvez, 1 milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a 2 mil habitantes (Fernandes 1949). Não era pouca gente, porque Portugal àquela época teria a mesma população ou pouco mais. ” (RIBEIRO,1995, p. 24)

¹ Povos: Conjunto de indivíduos que falam (em regra) a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, uma história e tradições comuns. Disponível: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, Aurélio: o dicionário da língua portuguesa, Curitiba: Ed. Positivo,2008.

² Tupi-Guarani: Diz-se de ou família linguística do tronco tupi, constituída por numerosas linguísticas faladas por povos indígenas do Brasil. Disponível: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, Aurélio: o dicionário da língua portuguesa, Curitiba: Ed. Positivo,2008.

Apesar dos indígenas serem a maioria no Brasil, os colonizadores conseguiram se estabelecer neste país, se foi por inocência, ou por curiosidade do novo, do desconhecido, Ribeiro (1995) “os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo...” Entende-se que por compreensão de realidade diferente, corroboraram com a inserção dos portugueses, além de conseguirem entrar no país de maneira pacífica, eles obtiveram a confiança dos indígenas que aqui viviam.

Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes, mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. (RIBEIRO,1995, p.44)

Não foi uma troca somente de presente, de espelhos e especiarias como se contam nos livros didáticos, romantizando esse período ocorreram diversas violências por parte dos colonizadores, muita resistência e diversas mortes dos povos colonizados

Entretanto, cada tribo, lutando por si, desajudada pelas demais - exceto em umas poucas ocasiões em que se confederaram, ajudadas pelos europeus que viviam entre elas - pôde ser vencida por um inimigo pouco numeroso, mas superiormente organizado, tecnologicamente mais avançado e, em consequência, mais bem armado. (RIBEIRO,1995, p.49)

Mesmo sendo maioria, as tribos indígenas não se organizavam enquanto coletivo logo, esse foi um dos principais motivos para os colonizadores se manterem neste país. Diferentemente os portugueses ainda que fosse uma minoria, mas eram articulados e organizados enquanto potência, que tinham um objetivo comum de explorar as terras brasileiras.

Não se justifica a matança contra os indígenas que começou com a chegada dos colonos e que perpetuam até os dias atuais. Entretanto explicam-se os massacres, as diversas explorações da força de trabalho escrava, de modo em que os indígenas foram submetidos a passagens por humilhações, violências. Com a

necessidade dos portugueses de explorarem e exportarem o pau-brasil³, iniciou-se também a devastação exacerbada da vegetação brasileira.

Justifica somente, o quanto os colonizadores foram cruéis e desumanos com os povos originários deste país, sem pensar ao menos nas consequências deste “descobrimento do Brasil” na vida e na existência dos mesmos, só pensaram na necessidade de explorar um novo território, e de acumular bens para enriquecer Portugal.

Depois de cada refrega contra outros indígenas ou contra o invasor europeu, se vencedores, tomavam prisioneiros para os cerimoniais de antropofagia e partiam; se vencidos, procuravam escapar, a fim de concentrar forças para novos ataques. Quando muito dizimados e já incapazes de agredir ou de defender-se, os sobreviventes fugiam para além das fronteiras da civilização. Isso é o que está acontecendo hoje, quinhentos anos depois, com os Yanomami da fronteira norte do Brasil. (RIBEIRO,1995, p.34)

Na cultura indígena não se conhecia a escravidão, da dominação do homem pelo homem, então houveram muitos conflitos, muitos indígenas tentaram fugir e não aceitaram em nenhum momento as determinações dos colonos, nessa fuga acabavam muitos morrendo.

Esse desenraizamento viria com a colonização agrária, isto é, a latifundiária: com a monocultura, representada principalmente pelo açúcar. O açúcar matou o índio. Para livrar o indígena da tirania do engenho é que o missionário o segregou em aldeias. Outro processo, embora menos violento e mais sutil, de extermínio da raça indígena no Brasil: a sua preservação em salmoura, mas não já a sua vida própria e autônoma. (FREYRE, 2003, p.122)

Os indígenas que eram pessoas livres, nesse novo contexto de submissão, a sua força de trabalho agora “doente” acaba sendo descartável para o trabalho, Freyre (2003) afirma “às exigências do novo regime de trabalho, o agrário, os índios não corresponderam, envolvendo-se em uma tristeza de introvertido”.

O Brasil precisava do trabalho braçal para seu desenvolvimento enquanto país recém-descoberto, no entanto, as formas como se deu a escravidão e as sequelas desse turvo período ainda permanecem como raízes de uma frondosa figueira: os anos passam, o progresso muda, mas a ideologia da

³ Pau-Brasil: Árvore das leguminosas, de madeira tintorial avermelhada, dura e incorruptível. Disponível: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, Aurélio: o dicionário da língua portuguesa, Curitiba: Ed. Positivo,2008.

supremacia branca continua se alastrando e fazendo novas vítimas”
(PEREIRA. 2012.p.3)

Com a necessidade da exploração da nova terra os portugueses, estabelecem o sequestro e o tráfico das pessoas negras, Freyre (2003) complementa que “foi preciso substituí-lo pela energia moça, tesa, vigorosa do negro, este um verdadeiro contraste com o selvagem americano pela sua extroversão e vivacidade”. Antes da invasão dos homens brancos no continente Africano, as pessoas que vieram forçadamente para o Brasil tinham outros costumes, realizavam diversas atividades, como por exemplo agricultura, pecuária, fumo, entre outros produtos. O escambo era muito utilizado nesse período, os portugueses se inserem no país, e na troca desses produtos, surge a necessidade do branco europeu em negociar e traficar pessoas negras, tornando os negros mercadoria para substituição da força de trabalho indígenas.

O tráfico era muito reduzido, escravos eram geralmente prisioneiros de guerra e após algumas gerações as relações escravistas eram eliminadas. A escravidão por dívidas e a venda de membros da família devido à fome também ocorriam, mas sem maior significado numérico. (PINSKY,1988)

O tráfico das pessoas negras ocorria através dos navios que ficaram conhecidos como navios negreiros, onde as pessoas negras do continente Africano eram acumuladas como objetos de carga, em um espaço onde caberia 100 pessoas, haviam o dobro, até mesmo o triplo, essas pessoas eram acorrentadas, amontoadas umas sobre as outras, sem comida, sem bebida. Os navios se tornavam locais insalubres pois, se realizavam as necessidades fisiológicas no mesmo espaço, era uma viagem que durava meses nessas condições degradantes, por consequência da realidade, proliferavam-se diversas patologias.

Retirado do seu habitat, de sua organização social, do seu mundo, é natural que estivesse atemorizado diante de uma nova condição que, ao menos de início, nem chegava a compreender devidamente. Sem conseguir definir seu espaço social, sentia-se nivelado pelos captores aos demais cativos, oriundos de outras tribos, praticantes de outras religiões, conhecedores de outras línguas, vindos de outra realidade. (PINSKY, 1988)

Diferentemente das tribos indígenas que seus prisioneiros já derrotados se fazia a prática ritual antropofagia, que significa comer carne humana, o canibalismo, dentro da cultura das tribos africanas se tinha as guerrilhas entre tribos, o homem

que perdia se tornaria escravizado pela outra tribo, mas isso, também não justifica as atrocidades feitas pelos portugueses aos povos do continente Africano.

Assim, a nova colônia de Portugal, surge como sede dos “sequestros” das pessoas negras, Pinsky (1988) “estudos recentes estimam em quase 10 milhões o número de negros transferidos para o Novo Mundo, entre os séculos XV e XIX. Para o Brasil teriam vindo em torno de 3.650.000. ”

A convivência, o egoísmo e a total falta de afetividade presente nas relações entre brancos e negros continuam representando os motivadores de uma sociedade cada vez mais desigual. E essas desigualdades, semelhantes ao período escravocrata, continuam a penalizar o homem pelo simples pigmento de sua cor. (PEREIRA, 2012, p.4)

A desumanidade era imensa, nos navios os colonos tinham interesse de separar as pessoas da mesma tribo, misturavam pessoas de diferentes territórios e dialetos com intuito de segregar e romper os vínculos familiares, relacionais, sociais, territoriais, culturais, que afetaria no processo de identidade da população negra no Brasil posteriormente, dificilmente as famílias ou tribos se reencontravam.

Umas das marcas dos sequestradores eram os cortes de cabelos com a tentativa de apagar a identidade das pessoas e suas origens, transformando-os em simplesmente mercadoria de exportação. Na autobiografia de Mahommah G. Baquaqua, relata sua trajetória de homem negro escravizado no Brasil e o entendimento sobre a questão de identidade, ele afirma:

Na África as noções distintas partes do território têm seus modos diferentes de cortar o cabelo e são conhecidas, por essa marca, a que parte do território pertencem. Em Zoogoo⁴, o cabelo de ambos os lados é raspado e em cima da cabeça cresce em três mechas redondas que ficam bem compridas mantendo-se os espaços entres elas raspando rente a cabeça. Para alguém familiarizado com os diferentes cortes não há dificuldade em a que lugar um homem pertence. (LARA, p.270)

Era uma tentativa simples, que se tornou efetiva e estruturante, visto que o os cortes de cabelo não só apagavam a identidade dos negros escravizados enquanto indivíduos com suas particularidades mas, de todo um território. Além disso, as

⁴ Cidade situada no meio da Rota D'Ouro na África.

peças negras assim como indígenas foram obrigadas a cultivar a religião dos homens brancos, o catolicismo, surgindo o sincretismo religioso⁵, Baquaquá relata:

Nós todos tínhamos que nos ajoelhar diante delas; a família na frente e os escravos atrás. Fomos ensinados a entoar algumas palavras cujo significado não sabíamos. Também tínhamos que fazer o sinal da cruz diversas vezes. Enquanto orava, meu senhor, segurava um chicote na mão e aqueles que mostravam sinais de desatenção ou sonolência eram prontamente trazidos à consciência pelo toque ardido do chicote. (LARA, p.274)

A maioria das pessoas advindas da África que vieram para o Brasil eram homens, por influência do patriarcado⁶, sendo assim, se tornou a mão de obra mais valorizada da época, as mulheres que não serviam para o trabalho nas plantações, tornavam-se escravas domésticas, as conhecidas pela história como mucamas⁷, elas além de realizarem o trabalho doméstico, eram escravas sexuais dos seus senhores, o motivo para miscigenação⁸ da população brasileira, foi através dos estupros de mulheres tanto as indígenas, quanto as mulheres africanas, surgindo assim a mestiçagem.

As mulheres brancas eram subordinadas dos seus maridos, mas, oprimiam as mulheres negras, a exemplo das Amas de leite, que nada mais eram as mulheres negras que deixavam de amamentar os seus filhos, para amamentar os filhos das mulheres brancas.

Sojourner Truth⁹, uma mulher negra afro-americana relatou a dor de ser mulher, mãe e escravizada, em um discurso na Convenção dos Direitos da Mulher,

⁵ A palavra grega sincretismo significa uma "fusão de doutrinas". Sincretismo religioso, portanto, é a religião que deriva da fusão de duas outras crenças religiosas. O sincretismo religioso da Bahia decorreu da fusão de duas crenças religiosas: o Cristianismo (predominante entre os Portugueses) e o Candomblé (predominante entre as nações africanas que enviaram escravos para o Brasil). Disponível em: <http://www.viagemdeferias.com/salvador/cultura/sincretismo-religioso-bahia.php>. Acesso: 06/11/2019

⁶ Patriarcado: Regime social em que o pai é a autoridade máxima. Disponível: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, Aurélio: o dicionário da língua portuguesa, Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

⁷ Mucama: Escrava negra que ajudava nos serviços domésticos. Disponível: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, Aurélio: o dicionário da língua portuguesa, Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

⁸ Miscigenação: Cruzamento de etnias; caldeamento, mestigem, mestiçagem, mistura. Disponível em: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, Aurélio: o dicionário da língua portuguesa, Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

⁹ Isabella Baumfree nasceu no ano 1797 em no cativeiro Swartekill, Nova York, em 1843 adotou o nome Sojourner Truth, se tornou uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Disponível em: GELEDES. Sojourner Truth. <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/> Acesso em: 06/11/2019

em Ohio, onde nos faz compreender a tamanha crueldade deste período que movimentava o mundo. Sojourner Truth (1851).

(...) – Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (...). (Truth.S.1851).

A escravização das pessoas negras foi algo que movimentou a economia do mundo, a exportação de pessoas negras foi a base da economia por muito tempo.

Jamais saberemos até que ponto foi justificado os castigos impostos aos negros no Brasil, já que, os referenciais teóricos dos quais temos acesso, retratam, em sua maioria, apenas uma parte da história que, desconsiderando o não dito dos discursos escravistas, silenciaram os lamentos e os gritos de homens negros que perderam suas vidas em um país estrangeiro. (PEREIRA, p.1)

Houve um processo árduo antes da abolição da escravidão, ela só será possível no Brasil em 1888, com influência dos abolicionistas, e dos jesuítas que já defendiam a luta contra a exploração da força de trabalho escravizada desde a apropriação da mão de obra indígenas e dos negros que conseguiram comprar a sua “liberdade” através da carta Alforria, ou mesmo os que conseguiram fugir para formar os quilombos¹⁰, parafraseando Audre Lorde “ Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas “, as pessoas negras mesmo “livres”, se dispuseram a lutar para que outros e outras fossem livres também, no Brasil o quilombo mais conhecido é o dos

¹⁰ No imaginário popular é muito comum a associação dos quilombos a algo restrito ao passado, que teria desaparecido do país com o fim da escravidão. Mas a verdade é que as chamadas comunidades remanescentes de quilombos existem em praticamente todos os estados brasileiros. Levantamento da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, mapeou 3.524 dessas comunidades. De acordo com outras fontes, o número total de comunidades remanescentes de quilombos pode chegar a cinco mil. Disponível em: [fundação cultural 30 anos, Palmares. Quilombos ainda existem no Brasil.](http://www.palmares.gov.br/?p=3041) <<http://www.palmares.gov.br/?p=3041>>. Acesso em :06/11/2019

Palmares¹¹, onde temos os líderes Dandara de Palmares e Zumbi de Palmares, personagens marcante na luta contra a escravização do povo negro.

E por interferência direta e pressão dos ingleses, Azevedo e Costa (2016) traz “com o passar do tempo e as mudanças econômicas, a Inglaterra, que exportava produtos ingleses para o Brasil, percebeu que para aumentar seu comércio era necessário que mais pessoas brasileiras pudessem comprar”, a Inglaterra estabeleceu seu domínio e poder econômico, através de entraves, e leis.

Antes da Lei Áurea, foram sancionadas algumas leis. A Inglaterra implantou em 1845 Lei Bill Aberdeen que dava poder aos ingleses de aprisionarem, destruírem os navios negreiros que adentrarem na América,

Eles acreditavam que dando prejuízos financeiros ao Brasil poderiam acabar com a escravidão sem pensar nas pessoas, mas sim no viés economicista, o que não ocorreu, só impulsionou o tráfico e aumentou o valor das pessoas escravizadas enquanto mercadoria, na ideia da oferta e da procura, a Lei Eusébio de Queirós em 1850 foi outra Lei que não foi efetivada, ela proibia o tráfico de escravos.

Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos trintas e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos. (LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850.)

A Lei do ventre livre em 1871 que trazia no seu “Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”, mas também não foi efetiva já que os pais eram escravos ainda.

Logo depois sancionou a Lei Sexagenários implementada em 1885 que dava a alforria aos escravos com mais 60 anos também não teve muita relevância e efetividade pois poucos eram os escravos que conseguiam chegar nessa idade, trazia no seu “Art. 1º Proceder-se-á em todo o Império a nova matrícula dos

¹¹ O quilombo dos Palmares, nasceu de escravos fugidos, principalmente, dos engenhos de açúcar pernambucanos, que se agruparam inicialmente a cerca de 70 quilômetros a oeste do litoral de Pernambuco, na Serra da Barriga, local de densas florestas de palmeiras (daí o nome Palmares), com terreno acidentado, o que tornava o acesso mais difícil.
Disponível em: GASPAR, L. Quilombo dos Palmares. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco. Recife. <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=187>. Acesso em: 07/11/2019

escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, se for conhecida, ocupação ou serviço em que for empregado idade e valor calculado conforme a tabela do §3º.

As Leis que antecederam a abolição da escravidão no Brasil foram essenciais e necessárias para o momento que o país passava, cabe aqui compreender que a abolição não se deu da noite para o dia, foi processo, longo e doloroso e tardio para muitos negros.

As citadas legislações de caráter abolicionista insurgentes nos últimos anos culminaram na Lei Áurea, Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888, sancionada pela Princesa Isabel durante a sua terceira e última regência, aproveitando-se da ausência do Imperador D. Pedro II, que se encontrava em viagem ao exterior. Em um único artigo, declarou extinta a escravidão no Brasil: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil”. (MONTEIRO,2012, p.360)

A Lei Áurea foi necessária para o momento, mas não houve medidas de inserção das pessoas negras, ganharam suas “liberdades”, mas não foram integradas nas sociedade, a lei que seria para beneficiar, encadeou a desigualdade social, já que não eram pessoas que tiveram acesso à educação, foram retiradas das Senzalas e das fazendas e jogaram ao relento, sem salário, sem moradia, sem nenhuma condição de sobrevivência, pós abolição houve uma política embranquecer ¹² o Brasil com objetivo de substituir a mão de obra negra.

O grande obstáculo da elite brasileira era que com o fim da escravidão os negros poderiam ocupar os postos de trabalho, mas essa mesma elite não queria ascensão dos negros na sociedade, devido a isso, preferiram embranquecer o Brasil criando uma política para financiar a passagem de Europeus para trabalhar no Brasil. Enquanto os ex-escravos não teriam direitos nenhum, ou seja, iam viver à margem da sociedade (NASCIMENTO; MEDEIROS, p.312)

Este processo de “ descobrimento” e colonização acarretou diversas sequelas estruturantes na sociedade, o Brasil foi o último país em toda América Latina a abolir a escravidão, que durou cerca de 3 séculos, o Brasil tem apenas 131 anos de abolição, atualmente as tribos indígenas são inviabilizados para a sociedade

¹²Não é custoso reforçar que a promoção da imigração era claramente assentada na ideologia do branqueamento. Em 1884, a Lei no 28, aprovada pelo legislativo paulista, garantindo recursos para que o governo estadual financiasse a imigração, afirmava que os beneficiários seriam trabalhadores europeus e suas famílias. (AZEVEDO, 1987, p. 167)

brasileira, e segue lutando pela sua existência, assim como, as pessoas negras perderam 300 anos da sua história, teve sua humanidade destruída, não houve uma política de reparação social pós abolição.

Os negros e negras foram libertos, mas não recebe nenhum tipo de condição de trabalho, de moradia, de instrumentos de trabalho, foram largados à margem da sociedade, esse abandono gerou uma dívida histórica e que até hoje não começou a ser reparada, serão necessários mais 300 anos para se pensar em uma reparação nas estruturas da sociedade brasileira.

1.2. DA EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA AO DESEMPREGO

A construção do Brasil foi marcada pela exploração da mão obra escrava dos indígenas e dos negros, Theodoro (2008) afirma que o trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma forma particularmente excludente, os negros e negras que foram escravizados acabam sendo trocados pós abolição e são relegados exclusão social.

No Brasil, a abolição significará a exclusão dos ex-escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Em sua grande maioria, eles não serão ocupados em atividades assalariadas. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades. (THEODORO,2008, p.27)

Os homens negros e mulheres negras tiveram sua chegada traçada pelo homem branco para o trabalho escravo, acaba perdendo toda a sua humanidade, Pereira (2012) aponta que “o período escravocrata do Brasil nada mais fez do que tornar distante o próximo e elevar, a patamares mais altos, a despreocupação com a dor do outro”, tornando-os pessoas submissas surgindo assim uma ideologia de a hierarquização de uma cor sobre outra.

Após o tardio advento da abolição da escravidão no Brasil, as pessoas negras que foram submetidas ao trabalho escravo, se tornam pessoas “livres” por lei e saem das Senzalas para as favelas, sem trabalho, sem moradia, sem estudo, sem instrumentos de trabalho, sem nenhuma política de reparação e de inserção dos mesmos, tornando a Lei Áurea apenas mais um problema, ela não deu aos negros

nenhuma oportunidade para sobreviverem no Brasil, só tornou os negros “responsáveis” pela sua condição de não emprego, com a imigração dos brancos europeus, só reforçou a noção que a mão de obra negra não servia para eles, quando fez-se necessário custeá-la, manifestando-se assim que a questão não é pelo trabalho, mas a ideia de subalternidade, expressando enfim a desigualdade de racial no mercado de trabalho.

Martins (2012) afirma:

Numa conjuntura em que o processo de não constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se coloca numa direção essencialmente deformada e excludente, de valorização do trabalhador branco (o imigrante europeu) como símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país. (MARTINS.T.2012. p.456)

As pessoas negras escravizadas perderam suas famílias, seus lares, seus costumes, suportaram a viagem e as calamidades dos navios negreiros, as diversas chicotadas, entre outras atrocidades cometidas pelos homens brancos, sem contar pela perda da sua autoestima e o do silenciamento e negação da sua história, a abolição poderia ter garantido um mínimo de humanidade retirada destas pessoas mas infelizmente as consequência da escravidão torna o corpo negro um corpo invisível, excluído, marginalizado, estigmatizado, coisificado, perdendo mais uma vez no decorrer da história a sua humanidade, Pereira (2012) “o negro, apesar de sua carta de alforria, não consegue derrubar o muro da invisibilidade construído pelo branco do período escravocrata. Ainda continua a negação de sua cor e de sua presença na sociedade brasileira “, com a negação ao trabalho ergue-se um muro de exclusão social, econômica, política e humana, do corpo negro no Brasil.

Esse distanciamento aliado a uma espécie de invisibilidade e coisificação serviria para justificar, num futuro não muito distante, outras formas de discriminação racial. A Abolição da Escravatura no Brasil, ocorrida aos treze dias do mês de maio de 1888, nada mais simbolizou que uma falsa liberdade: uma nova forma de rejeição da cor. (PEREIRA, 2012, p.5)

Este muro da invisibilidade vai traçar a situação de vulnerabilidade ao corpo negro, relegada desde do seu “sequestro” para o Brasil, até os dias de hoje, segundo Santos (2013) Apud Araújo (2014) , “ em seu estudo sobre Direitos Humanos e práticas racistas, apresenta dados que apontam que os negros são 64%

da população pobre brasileira, e 70% dos indigentes”, assim, compreende-se que a pobreza é uma das expressões da questão social que um dos determinantes históricos, sociais, culturais e políticos é a cor dos sujeitos, no caso do Brasil, a pobreza tem cor e é a preta, e isso é uma questão histórica e estruturante e não tem como se contrariar.

O trabalho é uma condição de existência do homem, independentemente das formas sociais existentes na humanidade. Em Marx, o homem por meio do trabalho “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica a sua própria natureza” (2013, p. 255) (Apud GONDIM, PINTO, 2017, p.9. 2017, p.4)

Nessa perspectiva, o não trabalho, é condição existência, se a população negra são a maioria de desempregados, ou seja, não tem trabalho, ela conseqüentemente não existe. O trabalho pós abolição ganha o novo sentido, não é mais de dor, submissão, humilhação e sofrimento, ganha o sentido de dignidade, dignidade essa que os negros e negras não conseguem alcançar pelo sistema racista reforçada pela política de embranquecimento da mão obra brasileira, que diz que os negros são inferiores intelectualmente.

Os estudos de evolução do século XIX que aplicaram o conceito de racismo biológico marcando a relação de superioridade e inferioridade entre colonizadores e conquistados, mais precisamente na América, legitimaram as relações de dominação europeia ao atribuir aos negros uma “inferioridade natural” devido à cor e ao tamanho do cérebro. Autores como James Watson e Nina Rodrigues se utilizaram desse racismo biológico em suas pesquisas, e hoje ele é considerado algo totalmente deslegitimado e arcaico. (RIBEIRO,2018. p.42)

A miscigenação da população brasileira vai ser um dos condicionantes para a inserção do negro no mercado de trabalho, pois o sistema racista vai selecionar qual negro que devem ser inseridos para ao mercado de trabalho, Conceição, Leite, Cruz Carmo (2019) enfatizam que “a teoria 1do branqueamento no Brasil interferiu diretamente no significado do negro no país, pois se deu com o objetivo de dizimar a população negra e sua cultura afrodescendente”.

O negro nessa perspectiva tem seu corpo estigmatizado, excluído do mercado de trabalho e acaba sendo enxergando mais uma vez pela sociedade como marginais, vagabundos, e na medida que eles não possuem um trabalho se tornam “sobrantes”, a abolição da escravatura ao invés de ter sido uma luz no fim do túnel, para muitos negros, se tornou mais um problema, pois querendo ou não, traz uma falsa compreensão de liberdade, sem o mínimo de dignidade.

Cabe-se pensar também que na vida de pessoas escravizadas os negros tinham um lugar no mundo apesar das punições e da submissão e estarem na condição de escravizados, com a abolição os negros acabam perdendo mais uma vez o seu lugar na sociedade e ficando sem destino, são relegados a situação de vulnerabilidade social, moral, ética e humana, sendo forçados a criar meios de sobrevivência e de ocupação para seus corpos, surgindo assim os cortiços e progressivamente as favelas que temos atualmente nas cidades brasileiras.

A prova mais importante da existência do racismo no Brasil “está na condição de inferioridade dos negros”, evidenciada em todos os indicadores sociais, os quais mostram quantitativamente que a maior proporção de pobres está na população negra, 64%, como já sinalizado. Racismo que se manifesta, quase sempre, de forma velada, sutil ou camuflada, e atinge todas as pessoas negras, independente da classe social e/ou região geográfica a que pertencem. (SANTOS 2013, p. 25) apud (ARAÚJO.J.2014. p.80)

Os negros e negras que foram relegados ao não trabalho, historicamente usam-se da sua criatividade como meio de sobrevivência e existência, emergindo-se assim para os trabalhos informais, precarizados nos centros urbanos.

O racismo é um dos frutos dos processos de colonização dos corpos negros, Ribeiro (2018) apresenta o racismo como “um sistema de opressão que visa negar direitos ao grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele”, sendo assim, algo estruturante na vida das pessoas negras.

Nesse sentido Almeida (2018) reforça que:

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que se expressa algum tipo anormalidade. (ALMEIDA, 2018, p.20 - 21)

Na medida que a população negra não consegue adentrar ao mercado de trabalho, como meio de sobrevivência acabam adentrando ao trabalho informal, atualmente com a crise do emprego produzida pelo sistema capitalista tende-se ao crescimento desta informalidade nas grandes cidades.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- PNAD divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2017 estima-se que 46,9% das pessoas pretas ou pardas estão em trabalhos informais, reflexo das desigualdades produzidas e reproduzidas historicamente, sem direitos

trabalhistas, previdenciários, em contrapartida estima-se que 33,7% das pessoas brancas estão na informalidade.

Está nos trabalhos informais é condição relegada aos negros historicamente, como forma de sobrevivência, por exemplo as baianas de acarajé, que vende seus quitutes nas ruas das cidades, é a uma atividade histórica, cultural de subsistência e sobrevivência da população negra.

A histórica condição de precarização e informalidade do trabalho são reforçadas como o processo de crise e reestruturação produtiva. Nesse sentido, as “novas” formas de enfrentamento da crise, pelo capital, só fortaleceram e aprofundaram o desemprego da população negra, bem como a sua inserção no trabalho precário e informal. (MARTINS, 2012.461)

A desigualdade racial, que permeia até os dias atuais, segundo dados da PNAD contínua apresentado pelo IBGE aponta que uma pessoa branca recebe 75% a mais que uma pessoa negra, o mercado de trabalho segue reproduzindo a desigualdade racial, na compreensão de uma raça superior a outra, construída no período da escravidão.

Quando os corpos negros foram excluídos de adentrarem ao mercado de trabalho pós abolição, surge uma nova forma de escravidão destes corpos e dos seus descendentes, com a expressão produzida desde do processo de rejeição da identidade, o negro perdeu o contato com seu mundo, sua historicidade, cultura, sem lugar de fala, o negro acaba se tornando escória dentro sistema capitalista, ao contrário disso, a população branca se mantém enquanto hegemônico no mundo.

A raça é um conceito construído pela burguesia para desenhar, no campo das ideias, construções que falseiam a realidade, pois o racismo e seus derivados não apresentam nenhuma validade científica. Com esse sistema de supremacia racial um ideal de branqueamento ganha centralidade e que carrega em seu bojo representações negativas sobre a população negra. (ALMEIDA, 2017, p.38)

A população negra além de sofrer com a desigualdade social inerente do sistema capitalista, são relegados a conviver com a desigualdade racial, onde o corpo negro é marginalizado e ser branco por si só, já estabelece um local de privilégio, no Brasil é dita aquela velha frase que diz muito da desigualdade racial, “ A pobreza surge ardente na vida população negra pós abolição é inegável isso, Almeida (2017) aponta que “Animalização, bestialização e irracionalidade são alguns

dos estereótipos evocados para caracterizar a inferioridade da população negra. A branquitude, por seu turno, servirá de parâmetro distintivo universal.

A reprodução da escravidão relega na sociedade o local onde o corpo negro deve e não deve estar, o branco que criou um projeto de sociedade, o corpo do negro para a branquitude só serve está no papel de servir, para a exploração da força física e sexual e nada mais, isso é uma manifestação explícita do período de escravidão.

No país de traços coloniais (se levamos em conta o nosso processo de formação histórica e social) e grande exclusão como o nosso, a ideia de ficar semelhante ao seu colonizador, acaba sendo compreensível, pois o processo de embranquecimento bem ligado ao ideal de algo bom para a sociedade, o que é alimentado pelas dificuldades de autoconhecimento, do pertencimento e retroalimentado pela negação de parte da cultura que herdamos. (CONCEIÇÃO, C.; LEITE, P.; CRUZ, R.; CARMO.C.2019 p.8)

O projeto de mundo do homem branco de não escolarizar os negros foi arquitetado para condicionar a população negra nos locais de servidão, que acabou sendo reproduzido por décadas, afetando tanto na questão do não acesso aos serviços de trabalho e também na autoestima, na intelectualidade, ser negro é viver sendo questionado a todo momento, ao ponto dos próprios negros se auto questionar sobre até onde posso ir, falar, produzir, trabalhar, pensar, até mesmo ser negro, pois isso foi impedido desde sempre a estas pessoas.

Souza (1990) A discriminação de que seu corpo é objeto, não dá tréguas à humilhação sofrida pelo sujeito negro que não abdica de seus direitos humanos, resignando-se à passiva condição de “inferior”. As manifestações da escravidão, será como um fantasma na vida das pessoas negras, que assombrará em toda a sua vida , Martins (2012) “A partir da dinâmica das relações sociais do capitalismo brasileiro, vão evidenciando os mecanismos que constroem e reconstroem” , cabe ressaltar também que a pessoa negra que consegue quebrar o estigma, e conquista a sua ascensão social¹³ não fica imune a discriminação racial, o racismo vai muito além da desigualdade social causada pelo sistema capitalista, é algo estruturante, enraizada na sociedade.

¹³ A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história de submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico.

Disponível: Souza, N.S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Edições Graal, 1990.p 23

Quebrar esse fato racial e social que se insere dentro das estruturas deste país é um trabalho árduo, um processo de anos, mas possível, pensar em novo projeto de sociedade para além do hegemônico branca hétero, é pensar em reparo de dignidade e humanidade para as pessoas negras, é essencial e necessária.

1.3. A CONDIÇÃO DE SER HOMEM NEGRO NA CONTEMPORANEIDADE

Ser homem negro no Brasil é ser estereotipado, por um sistema racista, sexista, capitalista, pois são considerados historicamente como seres desprovidos de intelectualidade, isto, é decorrente do processo de escravidão, que não foi só da força de trabalho dos negros, como se pensa, foi uma colonização e escravidão dos corpos, da identidade e conseqüentemente das intelectualidades.

Sob a visão estereotipada do racismo e do sexismo que os veem como mais corpo do que mente, homens negros estão propensos a serem recebidos pela sociedade da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, como sujeitos que parecem ser idiotas ou, como nós que crescemos nos anos 1950 costumávamos dizer, pessoas lentas (isto é, pouco inteligentes). (hooks.b 2004.p.2)

O menino negro desde sua infância tem sua intelectualidade questionada, existe uma disparidade histórica sobre o processo de escolarização das pessoas negras e entre meninos e meninas em geral, decorrente do sistema patriarcal racista, as mulheres brancas eram submissas e por muito tempo não podia ser escolarizada, pois isso seria uma afronta, ao seu marido, família e ao sistema, do outro lado as mulheres negras e os homens negros estavam tentando sair ainda da condição de submissos de todo um sistema escravista.

Masculinidades são processos de configurações da prática que não devem ser vistas como equivalentes de homem, pois masculinidades são processos e não grupos de pessoas. Masculinidades são também lugares de privilégio que fazem com que a maioria dos homens recebam dividendos patriarcais com base em uma dita subordinação geral das mulheres. (CONNEL.R.200). Apud (RIBEIRO.M.2015. p.4)

Apesar do sistema patriarcal, os homens negros não conseguem superar o sistema racista, e são visto como homens desprovidos de inteligência, é incontestável que a questão racial terá mais força do que a questão de gênero nesse

país, pois o homem universal é o homem branco cis¹⁴ hétero, que consequentemente irá se expressar na não escolarização do homem negro.

Almeida (2018) “o racismo institucional é “menos evidente, muito mais sutil “menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem atos” assim, o racismo é institucionalizado na vida do homem negro desde de sua infância, o menino negro que rompe ou quer romper com o que foi estruturado na sua vida, será questionado e muitas vezes ridicularizados no seu meio, ou quase sempre acaba se tornando um menino quieto, estudioso, silenciado, ou o aluno bagunceiro, que não deixa de estar na condição de silenciado, ele se esconde em armadura de ser problemático, violento, burro, isso irá acarretar problemas no desenvolvimento tanto na escola e entres locais, e futuramente pois um menino que é silenciado, estigmatizado, estereotipado, marginalizado, vai se desenvolver com diversas problemáticas, que vai estruturar a sua vida.

Em algumas famílias negras, onde a leitura é encorajada para as meninas, um menino que goste de ler é percebido como suspeito, como aquele que está sendo encaminhado para ser um “maricas”. Por certo, uma vez que pessoas negras comprem a noção de uma masculinidade patriarcal, para a qual um homem de verdade é um corpo sem mente, garotos negros que são intelectuais, que querem ler e que querem amar os livros, correram o risco de ser ridicularizados como não masculinos. (hooks.b.2004. p.8)

Para as pessoas negras a escolarização é uma questão além do status social, é questão de existência e sobrevivência, já que o único meio de romper com os determinantes que foram destinados, de modo que foi proibido aos negros escravizados, na sociedade patriarcal o homem tem a função de prover as necessidades da família, seja homem negro ou branco mas a diferença está na forma de trabalho que o negro vai exercer, já que eles não possuem grau de instrução que o mercado de trabalho requer, foi assim no pós abolição e segue sendo assim até os dias atuais.

Esta noção de cissiparidade, destacando a ambiguidade e a ambivalência no comportamento de negros em contexto colonial e sob a égide do próprio poder colonial é próxima de algumas análises do feminismo negro sobre as maneiras como os processos de socialização são vividos por muitos homens negros, sobre os quais se instilam a associação entre politização

¹⁴ É a pessoa que se identifica com o seu gênero biológico.

racial e comportamento “raivoso”, virulento e ingênuo. (RIBEIRO.M.2015. p.4)

O homem negro tem que lidar com sistema racista e patriarcal, serão vistos como um corpo problemático, violento, que só servem para sexo e trabalho. No que tange a questão da masculinidade, o estereótipo do homem negro hipersexualizado que a branquitude impôs e que homem negro vem se questionando ao longo desses anos, sobre a questão masculinidade tóxica, que irá condicionar o homem negro a função mais vez de um corpo sem intelectualidade.

Segundo Custódio (2017) no seu artigo para Jornal HuffPost Brasil “ Tudo de ruim. Preto é violência. Preto é medo. Preto é dúvida. Preto é solidão. Preto é não conseguir achar a saída. Preto é raiva - contida, muitas vezes dissipada ali mesmo extremo da paleta, entre outros tons de preto”, compreende-se assim a noção de ser preto no Brasil.

O outro lado da paleta. Preto. Preto seria ausência. Humm... até que é viu. Nunca vi uma cor como essa que não tivesse, pelo menos como as outras cores colocam, sem nada. Não tem recurso. Não tem prestígio. Não tem dignidade. Tem até um monte de palavras e expressões que lembrar como essa cor não está bem figurada na paleta das cores: escurecer/ denegrir/ "coisa ficou preta" e por aí vai... Cores e valores. (CUSTÓDIO. 2017)

A população negra no Brasil se insere com concepção de um povo forte, que tudo suporta, essa compreensão vai perpetuar. Nos preconceitos raciais, que ditam regras na sobrevivência do homem negro na sociedade, Souza (1990) “o racismo esconde seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade do seu corpo e de sua história étnica e pessoal”.

Quando Custodio traz no seu artigo o preto como tudo e ao mesmo tempo nada refere-se a condição da marginalidade que corpo negro foi e é relegado na sociedade, segundo o Atlas da violência publicado no ano de 2019, em 2017 cerca de 75,5% das vítimas de homicídios eram pessoas negras, comparando-se os de 2007 e 2017 a desigualdade de letalidade racial a taxa de negros cresceu 33,1%, sendo que a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

No período da escravidão o negro tinha consciência do seu não lugar, pois as relações entre senhores e escravos não escondiam de que lado estava à força e a submissão. Hoje, essa desracialização só nega verdades,

espaços e reconhecimento social. O negro e seus descendentes estão à deriva diante de uma nova senzala que persiste em não reconhecê-los, portanto, em nada se difere do não espaço subtraído e negado no período pré-abolicionista. (PEREIRA, 2012.p.5-6)

É indiscutível que a condição de marginalidade que o corpo negro apresenta atualmente, é algo histórico e estruturante, ser negro hoje é ser a maioria nos cárceres, nas situações de ruas ou de vulnerabilidade e risco social, desempregados, são minoria nas escolas, nas universidades, são as sequelas da não inserção do corpo negro na sociedade, e reafirmando novamente a fala de Custódio (2017) “preto é tudo e nada”, ser negro é ter seu corpo sempre limitado, oprimido, marginalizado.

Almeida (2018) “o racismo não se assume a comportamento individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em dinâmica que ainda que indiretamente, desvantagens de privilégios a partir da raça¹⁵.”

A existência de uma ideologia da hierarquia de cor deixada pelos colonizadores, a sociedade compreende que em um adolescente negro correndo na rua, supostamente está correndo de algo que fez, diferentemente de um adolescente branco as pessoas não vão pensar nada sobre ele, pois subentende que a cor de pele branca não traz nenhum problema de ordem social. Souza (1990) ideologia de cor é, na verdade, a superfície de uma ideologia mais daninha, a ideologia do corpo. De fato, parece-nos evidente que o ataque racista a cor é o “close-up” de uma contenda que tem no corpo seu verdadeiro campo de batalha.

A exemplo disso, é possível citar 02 casos de racismo que mais ganharam visibilidade na mídia brasileira e dos movimentos sociais, o primeiro foi do Rafael Braga Vieira, segundo o Jornal Folha de S. Paulo (2013) “Um morador de rua é o primeiro condenado após participação em manifestação ocorrida no Rio neste ano provavelmente, também o primeiro no país.”

Rafael Braga Vieira, 26, foi detido em 20 de junho, dia da maior manifestação ocorrida na cidade, com participação de 300 mil pessoas,

¹⁵ Raça é uma relação social, o significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos antagônicos.
Disponível: Almeida, S. L. De. O que é racismo estrutural. Belo Horizonte (Mg) Letramento.2018

segundo especialistas da Coppe/UFRJ. O protesto terminou com um rastro de destruição no centro. Naquele dia, cinco pessoas foram presas e três menores de idade foram apreendidos por policiais. De acordo com a polícia e o Ministério Público, Vieira foi detido com dois coquetéis molotov saindo de uma loja abandonada na avenida Presidente Vargas. (FOLHA DE S.P.2013)

O segundo caso é mais recente, foi divulgado nas redes sociais, um vídeo com cerca de 40 minutos, de um jovem negro, de 17 anos, que também estava em situação de risco social, amordaçado, despido, amarrado, sendo chicoteado com fios elétricos, por dois seguranças de um mercado por ter furtado uma barra de chocolate.

O adolescente contou à polícia ter sido detido em um supermercado por dois seguranças que o colocaram nu, amordaçaram e agrediram com um chicote feito com fios elétricos. Toda a cena foi gravada e divulgada pelo WhatsApp. O adolescente, E.M.O., é morador de rua e dependente químico. O próprio delegado do caso, Pedro Luiz de Sousa, do 80º DP, conhece o rapaz, que circula pelas ruas pedindo comida e juntando latinhas na Vila Joaniza, onde se localiza a delegacia e o supermercado. (BUZZFEEDNEWS,2019)

Para Araújo (2014) “a exclusão social é reforçada pelo preconceito e pela estigmatização”, está explícito nos dois casos o quanto o racismo dita regras na vida destes homens negros, que já se encontravam na condição de vulnerabilidade e risco social e ainda são vítima de um sistema racista que negligencia seus corpos, Rafael Braga foi vítima do racismo no cárcere, mesmo ele negando e apresentando provas concretas que não estava na manifestação, ele foi o único julgado e condenado, levou a culpa só por estar na condição de homem negro no Brasil racista.

Já o adolescente de 17 anos nos remete ao período colonial, onde a “justiça” na época era açoites aos corpos negros, no caso desse no jovem, os homens se sentiram no direito de ser a lei, eram dois homens negros, naquela mesma compressão do período de escravidão, capitão do mato, que também eram homens negros, em nome dos homens brancos tinham o poder de violentar outros corpos negros, o presente se baseando no passado, são retrocessos de uma história que pouco se fala, na medida que não se discute sobre a escravização dos corpos negros só se reforça o racismo e contribui ainda mais com marginalização, a exclusão e as mortes das pessoas negras.

Em primeiro momento foi necessário contextualizar o processo sócio histórico da inserção dos povos africanos no Brasil, a fim de apresentar informações da

historicidade dos mesmos, para elucidar as condições relega a população negra estruturalmente, a situação das pessoas escravizadas, posteriormente a condição do pós abolição que designou o não trabalho da população negra e a relação do mesmo com desemprego e os determinantes das desigualdades raciais, e por fim para ter uma percepção do que é ser negro nos dias atuais.

Com isso, se faz relevante discorrer sobre o racismo, marginalização do corpo negro na rua, correlacionando com atuação do Serviço Social, no enfrentamento da questão social com uma abordagem interseccional, que articula além da categoria classe social, mas as categorias raça e o gênero como um dos determinantes do objeto de intervenção profissional.

2. GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA E A CONDIÇÃO DE RUA DO HOMEM NEGRO EM SALVADOR

O corpo negro é elemento central na reprodução de desigualdades. Está nos cárceres repletos, nas favelas e periferias designadas como moradias.

-Marielle Franco

Neste capítulo serão apresentadas informações a respeito do homem negro em situação de rua a partir do perfil do homem negro atendido pelo Projeto Levanta-te e Anda, com a finalidade de compreender a relação da extrema pobreza com a marginalização do corpo negro, com uma abordagem interseccional, para entender o homem negro dentro das categorias raça, classe e gênero e o papel do Serviço Social no enfrentamento dessa expressão da questão social. Assim, será necessário compreender o contexto histórico da formação da cidade de Salvador para entender o processo de habitação e urbanização da cidade e a relação do empobrecimento histórico de uma parcela da sociedade, que é a população negra.

2.1. A RELAÇÃO ENTRE EXTREMA POBREZA E A MARGINALIZAÇÃO DO CORPO NEGRO EM SALVADOR: A REALIDADE DO PROJETO LEVANTA-TE E ANDA

A extrema pobreza é uma expressão da questão social fruto e consequência de uma acumulação exacerbada pelo sistema capitalista, Yazbek (2010) afirma que “do ponto de vista conceitual, é fundamental não perder de vista que a pobreza é expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria”. Complementando Salama e Pierre (1997) nos apresenta a diferenciação da pobreza e do empobrecimento “o primeiro termo refere-se às condições sociais de reprodução dos indivíduos, o segundo, às condições de vida desses indivíduos”.

Na abordagem estatística clássica, definir a pobreza consiste em determinar patamares de renda: fala-se pobreza no caso de renda inferior à linha de pobreza e de pobreza extrema (ou absoluta) abaixo da linha de indigência. A determinação dessas linhas, embora difícil de construir (são necessárias pesquisas muito complexas), segue princípios simples. (SALAMA, P.; VALIER.J.1997p.25)

Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) divulgada pelo IBGE em 2018, Brasil tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a

R\$ 145, estando assim na condição de extrema pobreza, estimou-se que 52,5 milhões de pessoas, ainda vivia com menos de R\$ 420 per capita por mês, sendo que cerca de 73% são negros ou pardos, Yazbek (2010) A pobreza brasileira é produto dessas relações que, em nossa sociedade, a produzem e reproduzem, quer no plano socioeconômico, quer nos planos político e cultural, constituindo múltiplos mecanismos que “fixam”, os pobres em seu lugar na sociedade.

Compreendendo assim, que a pobreza no Brasil, se manifesta historicamente através da cor, Yazbek (2010) “ importante considerar que pobreza é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperança”, se 73% da população negra estão na condição de pobreza e extrema pobreza expressivamente, a pobreza no Brasil se apresenta em um grupo específico que a população negra.

O primeiro contacto com o mundo das 13 ruas de Salvador, depressa revelava a presença da pobreza. Essa realidade não fugiria à observação de James Prior, que ao desembarcar na Cidade Baixa em 1813, notou que o povo se assemelhava a "pobres e esqualidos objetos. Nessa parte da cidade veria também muitas "crianças seminuas suplicando caridade". (FRAGA,F.1994.p.14)

A formação sócio histórica da Bahia, começou na cidade soteropolitana, sendo a 1º capital brasileira, houve diversas consequências no seu desenvolvimento populacional, Fraga (1994) ” na primeira metade do século XIX, a Bahia impressionava visitantes estrangeiros pela intensidade de sua vida urbana, pela imponência de seus edifícios públicos e religiosos, pelo movimento de seu comércio, pelo volume de bens que circulavam por seu porto” , a partir da acumulação de riqueza da Colônia portuguesa, emergiu-se o empobrecimento de uma parcela da população baiana.

A grande maioria dos pobres ou já havia vivido a experiência da escravidão ou descendia de gente com raízes na África. Embora alguns poucos libertos conseguissem a duras penas se tornar proprietários, o contingente de pobres da cidade estava sempre sendo abastecido por um grande número de ex-escravos. A maior parte destes era obrigada a sobreviver de serviços esporádicos, do pequeno comércio ambulante e da mendicância. (FRAGA, FILHO.1994. p.15)

Santos complementa que:

Naquele contexto, a capital baiana impressionava pela intensa vida urbana, pelo conjunto arquitetônico dos seus edifícios públicos e religiosos, pelo seu porto frequentado por embarcações de vários países e por onde escoavam os produtos da colônia, principalmente o açúcar, que alimentava o poder dos senhores de engenho e dos comerciantes de escravos. Era uma riqueza que beneficiava uma minoria, enquanto nas suas ruas um grande número de pedintes e desempregados esmolava. (SANTOS.2014. p.51)

Nesse processo há expressiva segregação social e racial que determinava quem era rico e quem era pobre, Fraga (1994) “ cor da pele podia ser decisiva na classificação social dos indivíduos. A elite considerava-se branca mesmo que para isso fosse preciso ocultar ou negar a sua, ainda que longínqua, ascendência negra”, as pessoas negras que foram “libertadas” sobreviviam através dos trabalhos informais ou da mendicância e da caridade, a Igreja Católica tinha seu papel de regulador da ordem social, Fraga (1994) “para os fiéis essas esmolas significava a redenção dos pecados, a obtenção das graças de Deus e a salvação após a morte. Para os mendigos elas eram a garantia da sobrevivência neste mundo”.

Carvalho (2014) afirma que, “ Ou seja, a história da sociedade capitalista é uma história de diferenças de classes, entre opressores e oprimidos, plebeus e patrícios, nobres e escravos, proletários e burgueses”, com isso, compreende-se que a desigualdade social e a situação de rua é uma manifestação da questão social produzida e reproduzida pelo sistema de acumulação de riqueza.

As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição para que o capital possa se reproduzir e aumentar sempre o seu lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos. (MNPR, 2010, p.8)

O termo população em situação de rua é um termo “novo” tem cerca de quase 30 anos, Carvalho (2014) afirma que, “Até a década de 1990 não se tem conhecimento de estudos e pesquisas sobre a origem e história das pessoas em situação de rua”, não quer dizer, que não existia uma população em situação de rua, só apresenta que os estudos sobre este fenômeno se iniciam a partir da década 90.

É a partir dessa década que se têm os primeiros estudos sobre este fenômeno é que surgem algumas iniciativas para o seu enfrentamento em cidades brasileiras, atrelada às mudanças promovidas pelo capitalismo em escala mundial, desde o decênio de 1970, manifestas no Brasil, sobretudo, a partir de 1995. Nesse período, percebeu-se o crescimento do exército de reserva no mundo e no Brasil, em decorrência do aprofundamento do desemprego, do trabalho precarizado e do pauperismo. (CARVALHO, S.2014.p.66)

Pereira (2019) afirma que “ o fenômeno população em situação de rua está intrinsecamente ligado à questão trabalho e as desigualdades produzidas pela lógica do mercado, nesse sentido as mutações oriundas do sistema de produção capitalista os tornam indissociáveis”. Nesse sentido reitero que a primeira expressão de uma população em situação de rua no Brasil foi em 1888, pós Lei Áurea, quando os negros e negras que foram sequestrados da África para Brasil e se tornaram pessoas “livres” perante lei brasileira, mas sem nenhuma condição digna de sobrevivência, primeira expressão de uma demissão em massa de trabalhadores, apesar das condições de trabalho, já apresentada aqui no 1º capítulo.

Apesar da terminologia ser “nova”, a situação de rua na vida dos negros e negras destes país é bem antiga, eles eram vistos pela sociedade como marginais, vadios, é de se pensar também que antes da Abolição da escravidão já existia uma parcela de pessoas negras que foram “dispensadas” do trabalho escravo, seja pela condição velhice, pela própria garantia de alforria de alguns.

Para Castel, (1997) apud Costa (2005) esses “sobrantes” são indivíduos “que foram inválidos pela conjuntura econômica e social dos últimos vinte anos e que se encontram completamente atomizados, rejeitados de circuitos que uma utilidade social poderia atribuir-lhes”, neste sentido os “sobrantes” seria população que se encontra na situação de rua, na medida que o trabalho é condição de existência na sociedade capitalista.

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital / trabalho. E, como tal é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas, principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a

expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. (SILVA, M.2006.p.21)

De acordo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) caracteriza a população em situação de rua como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia regular, que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (MDS.2008, p. 08)

A população em situação de rua se apresenta como grupo diferente a partir da concepção que não há um perfil único, exclusivo, na ideia que atinge todos os gêneros, raça/etnia, idade, que a condição de extrema pobreza que liga esse grupo.

A população de rua é o retrato mais cruel da miséria social, que se aprofunda com o crescimento dos índices de desemprego e com o rebaixamento salarial, consequência do processo de recessão cada vez mais forte que atravessa a economia brasileira. [...] Morar na rua é reflexo visível do agravamento da questão social nas grandes metrópoles. Misturam-se na rua trabalhadores cujas fontes de sobrevivência se originam dela mesma, como é o caso dos catadores de papel, lavadores e guardadores de carro; desempregados que buscam pequenos bicos, cujo rendimento não lhes permite o pagamento de moradia; e os que vivem da mendicância e da contravenção. VIEIRA, BEZZERA e ROSA (2004, p. 159) apud PEREIRA.E, 2019.19)

De acordo com os dados do Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente de 2016 em pesquisa de caráter observatório estima que na cidade de Salvador 77,8% da população em situação de rua são homens, nesta pesquisa diferente das outras trouxe a variável gênero além da dimensão masculino e feminino, foi utilizado as categorias homem, mulher e Queer¹⁶ e pessoa.

¹⁶ Esta é uma palavra de língua inglesa usada para abarcar pessoas que não seguem o padrão da heterossexualidade e/ou do binarismo de gênero (feminino e masculino), a exemplo das travestis. O termo é usado para representar lésbicas, gays, bissexuais e também pessoas transgênero e/ou transexuais. Considerando que tanto as questões de gênero quanto de sexualidade partem do pressuposto da auto identificação, o que, de antemão, inviabiliza tratar tais temas a partir de uma metodologia observacional, é importante dizer que Queer não é uma categoria identitária, nem de

Tabela 1 Perfil da população em situação de rua segundo o gênero, Salvador, 2016.

Gênero	Quantidade	%
Homem	17 515	77,8%
Mulher	3 211	14,2%
Queer	216	0,9%
Pessoa	1 556	6,9%

Fonte: Dados do Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil.

A pesquisa também trouxe a dimensão da cor as categorias Negro, Pardo, Branco e Não foi possível identificar.

Tabela 2 Perfil da população em situação de rua segundo a cor/etnia, Salvador, 2016.

Cor	Quantidade	%
Negro	13 337	59,3%
Pardo	6 657	29,6%
Branco	971	4,3%
Não foi possível observar	1 533	6,8%

Fonte: Dados do Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil.

A pesquisa do Projeto Axé afirma que “ Este resultado nos mostra que 88,9% da população em situação de rua é negra (considerando a classificação do IBGE que soma pretos e pardos), compreendendo assim que quando se trata questão racial e gênero a população de rua da cidade de Salvador se expressa de forma mais homogênea, contradizendo o significado que MDS nos apresenta de um grupo heterogêneo que tem em comum a extrema pobreza e decorrente disso os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos.

O Projeto Levanta-te e Anda, está situado dentro da antiga Igreja São Francisco de Paula - Avenida Jequitaiá na cidade de Salvador entre o comércio e a

gênero. Quando não era possível identificar o sujeito observado em nenhuma das categorias anteriores devido às condições ambientais/contextuais, este era incluído na categoria pessoa.

calçada, criado no ano de 2008 pela Ação Social Arquidiocesana (ASA¹⁷), é uma instituição vinculada à Igreja Católica, sendo filantrópica, sem fins lucrativos e se mantém através de doações e parcerias.

O projeto tem como proposta ser um centro de convivência de diurno, para a população adulta em situação de rua da cidade de Salvador em especial os que vivem na Região da Cidade baixa (Largo do Tanque, Comércio, Calçada, São Joaquim, Ribeira, Mares, Nazaré, Centro histórico). Tem como missão “ promover o resgate da condição do ser nas dimensões subjetivas, sociais, políticas, econômicas e espirituais das pessoas em situação de rua servindo e amando.

Os atendimentos ocorrem em dois períodos manhã e tarde com intencionalidades diferentes, sendo que no período da tarde, acontece de forma espontânea e rotativa com no máximo um grupo 35 pessoas, tendo diversos momentos, na segunda-feira e quarta-feira são exibidos filmes de diferentes temáticas, onde os acolhidos¹⁸ identificam palavras, frases, histórias, e no final torna-se um momento reflexivo, contribuindo para a mudança de certos pensamentos e atitudes do cotidiano dos acolhidos,

Na terça-feira são realizadas atividades educativas na tarde do saber, onde os acolhidos realizam atividade que estimula a leituras, tem exercícios de matemática para trabalhar a questão da memória, da lógica, desenhos, caça palavras para estimular criatividade, essas atividades são postas na mesa, eles que escolhem.

Pereira (2019) afirma que “ compreendendo a educação como ferramenta de superação e construção de uma visão crítica da realidade busca incentivá-los a uma perspectiva de autonomia e transformação em verdadeiros cidadãos conscientes, como também superar as ideologias disseminadas pela classe dominantes”, na quarta-feira também são realizadas oficinas com a equipe do centro convivência Irmã Dulce, são realizados atendimento voltado a saúde, e rodas de conversas, na quinta-feira é o momento de espiritualidade e tem corte cabelos, na sexta-feira é

¹⁷ O ASA é uma entidade civil voltada para promoção humana das populações pobres. Desde os anos 80 as diversas pastorais sociais da Arquidiocese começaram a se estruturar para atender a demanda da população, se colocando a serviço dentro da área de abrangência do ASA.

¹⁸ Termo utilizado pelo projeto Levanta-te e anda, para identificar os assistidos do projeto.

tarde livre, onde os acolhidos podem cantar no karaokê, joga dominó, dama entre outras atividades.

Através das atividades realizadas, do acompanhamento, se procura um caminho de saída, visto que esses acolhidos já demonstraram total interesse de sair das ruas e galgar novos horizontes, buscando através do projeto meios de superar uma vida marcada por sofrimento e exclusão, onde muitas vezes não são eles vistos como sujeitos portadores de direitos. (PEREIRA.2019.42)

Realiza ações relacionadas a área da assistência social, com atendimento em primeiro momento do Serviço Social como porta de entrada para o projeto, psicológico, higiênico com banho, corte de cabelo 1 vez dia na semana, alimentação diariamente com intuito de garantir direitos à saúde, alimentação, lazer, à dignidade humana, os direitos básicos que são negligenciados a essa parcela da sociedade.

O Levanta-te e Anda tem como objetivo além de atender as necessidade imediatas destes sujeitos na questão da alimentação e da higiene e da moradia do não acesso ao sistema de saúde, a educação, ao lazer, aos direitos mínimos garantidos pela Constituição Federal de 1998, porém tem o intuito que os mesmos desenvolvam uma visão crítica acerca da realidade, na perspectiva de estimular junto com o assistido a construção de uma autonomia para que se percebam além do que a sociedade os enxerga e determina.

O Projeto Levanta-te e anda realizou uma pesquisa “Levanta te e anda: Uma década promovendo inclusão social e experiências humanas” junto ao Núcleo de estudos sobre direitos humanos da Universidade Católica trazendo dados de 2008 ano de criação do projeto à 2018, “ Cartografando o projeto e as pessoas”.

Foi realizada uma análise com cerca de 1.225 pessoas em situação de rua na cidade de Salvador nos anos de 2008 a 2018, a pesquisa trouxe a concepção de gênero baseada no auto declaração de homem e mulher, estima que quase 90% são homens.

Tabela 3 Perfil da população em situação de rua segundo o gênero, Salvador, 2008 a 2018.

Gênero	Quantidade
Homem	1095

Mulher

152

Fonte: NEDH/UCSAL e PLA, adaptado a partir do banco de dados/registros, 2008 a 2018.

No auto declaração de cor, raça e etnia estimam se que 77,95% são negros e negras considerando a classificação do IBGE que somam pretos e pardos.

Tabela 4 Perfil da população em situação de rua segundo cor, raça/etnia Salvador, 2008 a 2018

Cor	Quantidade
Amarelo	20
Pardo	403
Preto	552
Não declarado	250

Fonte: NEDH/UCSAL e PLA, adaptado a partir do banco de dados/registros, 2008 a 2018.

Assim, foi possível compreender a situação de rua na cidade de Salvador é determinada não só pela condição de pobreza e extrema, mas da fragilização dos vínculos familiares, do alcoolismo, do uso das substâncias psicoativas, mas pela questão de raça e gênero, que diferentemente da conceituação do MDS a população em situação de rua não é heterogênea. Assim, os homens negros são maioria nas ruas da cidade soteropolitana, fruto do racismo e do patriarcado, onde o homem tem o papel na sociedade patriarcal de prover a sua família, a situação de desemprego ou não trabalho relegado a população negra e decorrente aos homens negros.

A pobreza e extrema pobreza são consequência desse não trabalho, a quebra de vínculos familiares, relacionais, sociais, entre outros fatores, são manifestações e expressões da desigualdade racial e social que marginaliza o corpo negro, se o homem negro não consegue prover as necessidades da sua família, este homem negro perde o seu lugar no mundo, se sentindo inapto, perdendo a sua autoestima e autonomia, já que ele foi criado e condicionado para manter e chefiar aquela família, em consequência disso, começa os atritos familiares, fragilizando dos vínculos, o usos de bebidas como meio de refúgio dos problemas, que decorrem a situação de rua, não é da noite do para o dia que as pessoas surgem nas ruas,

ninguém surge do nada na rua, sempre tem determinantes e os determinantes da cidade de Soteropolitana segundo as pesquisas é a questão racial e de gênero.

Gonzalez (2018) “houve uma marginalização do negro em termos do processo político brasileiro, uma marginalização econômica e, portanto, uma marginalização em termos econômicos-sociais”. O debate sobre a população em situação de rua com um olhar voltado para questão étnico-racial é quase inexistente, impossibilitando a compreensão do fenômeno população de rua dentro de estrutura racista que nega historicamente direitos sociais, políticos, econômica.

2.2. SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL A PARTIR DA ARTICULAÇÃO DA CATEGORIA RAÇA, CLASSE E GÊNERO

O Serviço Social brasileiro se inicia na década de 1930 vinculado a ação da Igreja Católica, Carmo (2018) “É sabido que a profissão de Serviço Social tem a sua gênese vinculada à reprodução da sociabilidade capitalista, com uma intervenção voltada para a manutenção da ordem estabelecida e das normas e regras impostas por esta sociedade”, assim objeto de trabalho do Serviço Social era compreendida como problema familiar, ou dos sujeitos de forma individualizada.

As manifestações da questão social não eram, no entanto, percebidas como produto de questões vinculadas às determinações políticas e econômicas da sociedade, seu trato era percebido no campo dos problemas particulares e individuais das pessoas e suas famílias, cabendo às assistentes sociais a ajuda psicossocial aos sujeitos que “disfuncionavam” o meio. (CARMO, C. 2018.p.3-4)

Ferrarez reforça que:

Nesse momento a percepção sobre a questão social partia do pensamento social da Igreja, sendo ela moralizante, individual, conservadora e psychologizante, com posicionamentos de cunho “humanista conservador” do sistema social e financeiro da vigente nesse período, consistindo em uma contrariedade aos ideários liberal e marxista, pois visava à recuperação da hegemonia da Igreja Católica sob ações no âmbito privado. (FERRAREZ, C.2016.p.3)

Vale salientar que as primeiras Assistentes Sociais brasileiras eram mulheres brancas religiosas, isso, tem relação direta com a questão de raça, gênero e classe social da época, Carmo (2018) reforça que “ é possível perceber este momento por volta da década de 1930 quando mulheres religiosas, adeptas de uma

cultura cristã católica, foram acionadas pelo empresariado, Igreja e Estado, para amenizar as inquietações da classe trabalhadora que reivindicava a garantia dos direitos sociais e trabalhistas”.

Já na década de 1940 o Serviço Social brasileiro começa a aproximar sua prática profissional no Serviço Social norte-americano e da teoria social positivista.

Fundamenta-se na Doutrina Social da Igreja. Do ponto de vista filosófico, terá por base o neotomismo. Os princípios de dignidade da pessoa humana, do bem comum, entre outros, hauridos em Santo Tomás, iluminaram a teoria e prática do assistente social, desde 1936 até 1960, de maneira preponderante. (AGUIAR, A.2011.p.55)

Na década de 1960 o Serviço Social brasileiro começa se questionar sobre a prática das Assistentes Sociais, Aguiar (2011) “ começa a haver uma postura por parte daqueles que começam a assumir uma postura na visão dialética, inclusive na sua versão materialista”, nesse período que surge o movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro.

A partir da década de 1960, novas configurações do capitalismo fizeram com que o mesmo se expandisse mundialmente, trazendo consigo mudanças relevantes para o contexto econômico, político, social e cultural, impondo à América Latina um subdesenvolvimento. Sendo assim, a profissão começa a questionar sua própria intervenção na realidade e a apropriar-se de teorias que melhor contemplariam suas intervenções, tudo isso através de um movimento de renovação proposto pelos assistentes sociais. (FERRAREZ, C.2016.p.3)

Carmo (2018) salienta que:

Movimento de Reconceituação que representou para o Serviço Social uma fase ímpar em que esta profissão parou para discutir seus rumos e objetivou a construção de um novo projeto, centrado na compreensão das/os sujeitas/os profissionais como pertencentes à classe trabalhadora. Importante lembrar que este momento não se traduziu de forma uníssona, contrário a isto, a única certeza inerente às profissionais da época, era a necessidade de repensar a profissão em virtude das mudanças conjunturais que emergiam, exigindo das assistentes sociais uma nova postura. (CARMO, C. 2018.p.4)

Nas décadas de 1960 à 1980 o Serviço Social¹⁹ vivenciou um processo de atualização profissional se baseando assim na teoria social crítica, que findou a construção do projeto ético político profissional que temos atualmente.

o resultado dessas duas décadas pôde ser atestado na década de (1990) com a promulgação de normas profissionais, que regulamentam o compromisso com a construção de uma nova ordem societária, a partir da sua compreensão enquanto classe trabalhadora e submissão à relação de assalariamento. (CARMO, C. 2018.p.34)

Assim, o Serviço Social brasileiro assume um compromisso ético-político com a classe trabalhadora, no auxílio da ampliação, consolidação e garantia de direitos sociais e políticos, no conflito direto da relação capital x trabalho, dentro de um cotidiano que produz e reproduz as desigualdades, Backx, Santos e Guerra (2012) traz “o cotidiano²⁰ é o lugar da reprodução dos indivíduos, sendo por isso um espaço ineliminável e insuprimível”, é nesse cotidiano complexo que se efetiva exercício profissional, nas múltiplas manifestações da questão social.

Infere-se que, pelo debate acumulado no âmbito do Serviço Social que a Questão Social e a desigualdade são elementos estruturantes da sociabilidade capitalista. Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, constitutiva das relações capitalistas, de sua divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente construída, cuja apropriação é profundamente desigual no capitalismo. Supõe a consciência dessa desigualdade e a resistência à opressão por parte da “classe que vive do trabalho” (cf. YAZBEK, 2001).

Martins complementa:

O processo identificado até aqui traz duas implicações diretas para a configuração da “questão social” no Brasil. A primeira, uma população majoritariamente negra fora da “cidadania regulada”, o que implica

¹⁹ Neste aspecto é importante referir ainda, que os fóruns mais expressivos estavam localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, nos encontros de teorização do Serviço Social que buscavam renovar a profissão para sustentar a modernização burguesa como: o Seminário de Araxá em Minas Gerais realizado em março de 1967; Seminário de Teresópolis no Rio de Janeiro, realizado em janeiro de 1970; Seminário de Sumaré também no Rio de Janeiro, realizado em janeiro de 1978 e o Seminário de Alto da Boa vista em 1984.(Carmo, C. 2018.p.4)

²⁰ Parte-se do pressuposto de que o exercício profissional do assistente social, recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si. SANTOS, BACKX, GUERRA. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.SP: Cortez, 2017.

necessariamente o seu não acesso à proteção social e aos processos organizativos a que se vinculam as respostas do Estado às expressões da questão social”. (MARTINS, T.2012.p.129)

A questão social se apresenta com a inserção do sistema capitalista

Segundo Santos (1987) Apud Martins (2012) “está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei”. Daí porque a “questão social” no Brasil politicamente se constituirá pela luta dos trabalhadores brancos inseridos nas ocupações industriais do mercado formal de trabalho. Por outro lado, a crença de uma verdadeira “democracia racial” no país produziu a um “consenso” generalizado da ausência do preconceito e da discriminação racial, impedindo que as desigualdades sociais fossem enfrentadas numa perspectiva de “classe” e de “raça”. Esse “consenso” contribuiu para manter intocado o racismo no Brasil e, particularmente, no mercado de trabalho, com notórias implicações para os trabalhadores negros explicitarem, na arena política, a questão racial. (MARTINS, T.2012.p.23)

A profissão que tem nos seus princípios fundamentais norteadores do Código de Ética “ XI- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”, compreende-se a necessidade do enfrentamento da questão social com um olhar interseccional.

Cabe salientar que há uma mudança no perfil profissional das Assistentes Sociais brasileira, Delgado; Carmo (2018) “ nessa constituição do perfil profissional, destaca-se uma formação feita, em grande medida, pelas universidades públicas das regiões Sul e Sudeste do Brasil”, as autoras complementam:

Esses giros foram fundamentais na constituição de uma imagem social da categoria, descolada do estereótipo da “moça caridosa” e muito mais forjada no ideário em torno de uma profissão comprometida com a ampliação dos direitos sociais e vinculada socialmente ao projeto da classe trabalhadora. (DELGADO, J.; CARMO, C.2018.p.7)

Sucedeu uma base teórica metodológica de curso totalmente embranquecida, tornando as Assistentes Sociais da Bahia que em suma são mulheres negras, sendo assim, “forasteira de dentro” conceito trazido por Ribeiro (2017) para se compreender sobre lugar de pertencimento, o lugar de fala, a posição social que ocupa as mulheres negras, serve para entender esse local que Assistentes Sociais negras pertencem que aos mesmo tempo que são maiorias enquanto discentes em

salas de aulas, são minoria na docência e quando se trate das referências de curso é quase inexistente.

Souza (2014) “o Serviço Social está inserido tanto em uma divisão social do trabalho quanto em uma divisão sexual do trabalho, tendo esta como base a subalternidade da mulher em relação ao homem”, a categoria classe social e gênero acaba tendo um local de privilégio no Serviço Social, de modo que as mulheres brancas Assistentes Sociais acabam discutindo sobre gênero e classe negligenciando a questão de raça, reforçando assim a desigualdade racial dentro da categoria, para Delgado; Tavares (2016) a questão de gênero no Serviço Social ainda se apresenta de forma tímida, afirmam que:

Assim, apesar de séria, a nosso ver, a produção profissional acerca do gênero é ainda tímida e esse traço expressa escolhas, não só teóricas, mas também políticas da categoria ou de parcelas dela. Tal produção ainda não se constitui em acúmulo suficiente para subsidiar o exercício de transversalizar o debate de gênero no campo da formação profissional, especialmente porque não aprofunda suficientemente a discussão sobre o estatuto teórico da categoria gênero. Faltam produções que forjem uma discussão, no âmbito profissional, do gênero como categoria histórica que, em conjunto com outras, determina a vida em sociedade. (DELGADO; TAVARES, 2016) apud (DELGADO, J.; CARMO, C.2018.p.10)

Apesar do Serviço Social nos seus princípios fundamentais o código ética profissional apresentar as categorias de forma interseccionais, a profissão historicamente tem debatido e tem se enfrentado de uma forma inibida, ou de forma mais segregada, sem compreender, as manifestações das desigualdades e as opressões de forma integradas. A interseccionalidade²¹ segundo Akotirene (2018) “é sobre identidade da qual o racismo interceptado por outras estruturas” para Delgado; Carmo (2018) salientam que “priorizar a compreensão de como as dimensões de classe, gênero e raça/etnia transversalizam na formação profissional é uma demarcação política imprescindível, contra o avanço neoconservado”.

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. (AKOTIRENE. 2018.p.42)

²¹ Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (Akotirene, C.108.p.14)

Gonzalez (2018) salienta que a percepção de uma tentativa da esquerda de reduzir, minimizar a questão racial, a uma questão do econômico-social, " na medida em que se liquida a problema da luta de classes, na medida em que entramos numa sociedade socialista, o problema da discriminação racial está resolvido" , o mesmo é perceptível pela própria categoria profissional do Serviço Social que acaba compreendendo o enfrentamento da questão social a partir somente pela questão de classe social que os trabalhadores pertence, sem compreendê-los dentro de uma estrutura que vai muito além próprio sistema capitalista.

Gonzalez (2018) apresenta "Ao meu ver esse é muito mais antigo que o próprio sistema capitalista e está de tal maneira entranhado na cuca das pessoas, que não é uma mudança de sistema para outro que vai determinar o desaparecimento da discriminação racial", o próprio CE do/a Assistente Social já apresenta o que a autora citada acima traz, quando o Serviço Social faz uma "opção por um projeto profissional vinculado ao processo de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero",

O debate de gênero e raça no campo do Serviço Social ainda se apresenta de forma bastante tímida, inclusive no Nordeste. Embora o perfil das assistentes sociais e estudantes da região seja de mulheres, sobretudo negras, somente no ano de 2019 verificou-se uma grande campanha no conjunto CFESS/CRESS abrangendo esses dois eixos, cuja temática foi: Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. Compreender essas questões enquanto conjunto de desigualdades da sociedade é entender que estas estão indissociáveis da questão social. (CONCEIÇÃO, C.; LEITE. P.; CRUZ, R.; CARMO, C.2019.p.2)

Atualmente a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apresenta o documento publicado em 2018 "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social" com intuito de fomentar o debate sobre o preconceito racial. O Conselho Federal de Serviço Social²² (CFESS) lançou uma campanha em 2018 "Assistentes Sociais no Combate

²² Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>>. Acesso em: 25/11/2019

ao Racismo” segundo a campanha “O combate ao preconceito é inclusive um compromisso do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais”

É de suma importância a apropriação dos documentos que norteiam a profissão, que são a Lei de regulamentação LEI N° 8.662, de 7 de junho de 1993, o Código de ética do/a Assistente Social, assim, manter-se em constante processo de aprendizado, pois o cotidiano é complexo, e contraditório e está permanente transformação, de modo que se possa enfrentar a questão social com o olhar não somente na categoria classe social, mas com um olhar interseccional, será necessário também uma autocrítica da execução da prática, para questão racial e gênero vinculado com o projeto ético-político do Serviço Social.

Compete tanto ao CFESS enquanto conselho profissional problematizar as demandas que circundam acerca da realidade do povo negro, de modo que estimule as Assistentes Sociais para repensar a prática profissional junto com outras categorias profissionais, que proporcione também base teórica para compreensão do mesmo, como por exemplo de feministas negras que estão a muitos anos pautando questões raciais com o olhar interseccional. No Serviço Social temos Magali Almeida, Carla Akotirene, Caroline Ramos, Tereza Martins que são algumas de que já vêm debatendo a questão étnico-racial, mas que por conta do conservadorismo da profissão essas mulheres negras não são reconhecidas.

Assim, o papel do Serviço Social no enfrentamento do objeto de intervenção profissional voltado na perspectiva da interseção, é de extrema necessidade para categoria profissional visto que a profissão apresenta na suas competências e atribuições uma opção pela não discriminação de raça, gênero, etnia visando a emancipação e a garantia dos direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo monográfico buscou apresentar uma contextualização sócio histórica da formação do Brasil, desde do período colonial aos dias atuais, com a finalidade de entender o lugar relegado a população negra desde a sua inserção como povos trazidos, retirados do seu lugar, do seu continente, da sua origem.

Compreendendo a escravidão enquanto um processo que se manteve enquanto economia do mundo, porém, elucidar que a força de trabalho das pessoas negra perde o valor pós abolição, de modo que o trabalho ganha outro sentido, de dignidade, dignidade essa que é negligenciada a população negra neste país, onde se produz e reproduz as desigualdades raciais, fruto deste processo.

Diante do exposto, sustentou-se a discussão sobre a questão étnico racial enquanto determinante da marginalização da população negra em decorrência disso se encontra o homem negro, que deixa de ser a mão de obra mais valorizada e passar está no local de desemprego ou não trabalho, no sistema capitalista onde ter trabalho é ter a condição de existência.

Possibilitou a sensibilização da necessidade do debate interseccional das categorias raça, classe gênero, compreendendo os determinantes que são relegado ao homem negro a situação de vulnerabilidade e risco social, a partir de uma estrutura racista, capitalista, machista, que produz e reproduz desigualdade e a atribuição do Serviço Social no enfrentamento da questão social com a articulação das intersecções de raça, classe e gênero, sendo que a profissão expressa-se na suas competências e atribuições uma opção pela não discriminação de raça, gênero, etnia tendo em vista a emancipação e a garantia dos direitos.

Assim, vale salientar que é quase inexistente o debate sobre o fenômeno população em situação de rua debruçado na questão étnico-racial e a categoria de gênero, é extrema necessidade problematizar sobre fato estrutural, de modo que a população negra e os homens são maioria em situação de rua na cidade de Salvador, compreender os mesmos articulados além da classe social que pertence possibilitou o entendimento mais profundo sobre o fenômeno situação de rua.

Com isso, buscou-se através desse estudo entender e enxergar a condição de rua além do visível, que é falta de moradia, a questão da extrema pobreza, dos vínculos familiares e relacionais fragilizados, mas sendo uma das expressões mais desumana e perversa das desigualdades produzida e reproduzida neste sistema

racista, que na medida que negligencia o debate sobre a situação das pessoas negras nas ruas contribui para a política de genocídio dos mesmos.

Além disso que a pesquisa contribua para desconstrução dos estereótipos, dos preconceitos, construindo e reproduzido historicamente acerca das pessoas que estão em situação de rua.

Por fim, espera-se que este estudo estimule a importância do debate étnico-racial para compreensão da categoria raça como fator estruturante na vida da população negra, que determina historicamente a marginalização dos corpos negros e da categoria gênero como determinante na vida do homem negro em situação de rua.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá/** Antônio Geraldo de Aguiar.6.ed. São Paulo:Cortez,2011

AKOTIRENE,Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando,2018.

ALMEIDA Silvio Luiz De. **O que é racismo estrutural.** Belo Horizonte (Mg) Letramento.2018

ALMEIDA, M.S..**Diversidade humana e racismo: Notas para um debate racial no Serviço Social.** Argumentum, V.9,P32-45,2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5978569.pdf>>.Acesso em: 07/11/2019

ARAÚJO, J. A. **Racismo, violência e direitos humanos: Pontos para o debate.** ridh - Revista interdisciplinar de direitos humanos , V. 2, P. 75-96, 2014.

AZEVEDO, U. C.; COSTA, D. B. **Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira.** Socializando, V. 3, P. 145-154, 2016.

BARROCO, Maria Lúcia Silva.**Código de ética do/a Assistente Social comentado/Maria Lucia Silva Barroco, Sylva Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, (organizador), -São Paulo: Cortez,2012.**

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Política Nacional para População em Situação de Rua. 2008.

CARMO, Caroline Ramos Do. **Desafios Contemporâneos do Serviço Social Brasileiro: impactos na Formação Profissional, significado social e ideopolítico.** XXII Seminario Latinoamericano y del Caribe de Escuelas de Trabajo Social.2018.

CARVALHO, Sandra Moreira Costa de. **População adulta em situação de rua e o acesso a saúde/** Sandra Moreira Costa de Carvalho. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2016. 260 p.: il.; 23 cm.

CAUVILLE, T.F.M.**Seguranças de mercado amordaçam, chicoteiam e filmam adolescente por furto de chocolate.**Buzz.F.N. 2019.Disponível em:

<<https://www.buzzfeed.com/br/tatianafarah/seguranças-de-mercado-amordacam-chicoteiam-e-filmam>>. Acesso em:07/11/2019

Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente. **Sumário executivo da pesquisa. Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil.2017.**

CONCEIÇÃO, C.; LEITE. P.; CRUZ,R. ; CARMO,C. **A Interseccionalidade e o Feminismo Negro: As diversas formas de segregações a partir do Colorismo.**Semoc.2019

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua: contextualização e caracterização.**Textos&Contextos, Porto Alegre,v.1,n.4,2005.

CUSTÓDIO, T. A. S. **A paleta de cores que determina valores sociais.** Jornal Huffpost Brasil, 15 fev. 2017.Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/tulio-custodio/-a-paleta-de-cores-que-determina-valores-sociais_a_21714209/>.Acesso em 28/10/2019

DELGADO, J. A.; CARMO, C. R. **Uma « nova geração » de assistentes sociais: possibilidades de análise sobre trabalho e formação profissional em Serviço Social na Bahia.** In: XX REDOR-Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero; feminismos, ativismos e produção de conhecimentos, 2018, Salvador.

EVANDRO J.M. R. Sua Pesquisa..**Lei Dos Sexagenários.**2019. Diponível em: <https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_sexagenarios.htm>. Acesso em 07/11/2019

EVANDRO J.M. R. Sua Pesquisa..**Lei Do Ventre Livre.** 2019.Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_ventre_livre.htm>. Acesso em:07/11/2019

FERRAREZ, C. S. . **SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: uma análise a respeito das teorias que se mostram aos assistentes sociais.** In: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. (Org.). 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 1ed.Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2016, v.1, p. 21-31.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Mestrado em História, Salvador, 1994.

FREYRE, G. Casa-grande & Senzala: **Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio De Janeiro: José Olympio, 1987. [1933]

GELEDES. **E não sou uma mulher? Sojourner Truth**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 07/11/2019

GONDIM, A. B. C. ; PINTO, R. M. P. **Trabalho E População Em Situação De Rua: Uma Análise À Luz Da Questão Social**. In: VIII Jornada Internacional De Políticas Públicas &Apos;1917 - 2017: Um Século De Reforma E Revolução&Apos;;, 2017, São Luís. VIII Jornada Interncional De Políticas Públicas "1917 - 2017: Um Século De Reforma E Revolução". São Luis: Ufma, 2017. V. 01. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/trabalhoepopulacaoemsituaaoderuaumaanalisealuzdaquestaosocial.pdf>>. Acesso em: 07/11/2019

GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

HOOKS, b. **Escolarizando Homens Negros**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, V. 23, N. 3, P. 677-689, nov. 2015. Issn 1806-9584. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n3/0104-026x-ref-23-03-00677.pdf>> . Acesso em: 07/11/2019

IBGE– Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Síntese De Indicadores Sociais: **Uma Análise Das Condições De Vida Da População Brasileira: 2018 / Ibge**. Rio De Janeiro: Ibge, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 09/11/2019

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acesso em: 16/11/2019

LARA, S. H.. **Escravidão. Revista Brasileira De História**, 8, N. 16, Mar/ago. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1988. P.269.Disponível em:
<http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?id_revista_brasileira=25>. Acesso em: 07/11/2019

MARTINS, T. C. S.. **O Negro No Contexto Das Novas Estratégias Do Capital: Desemprego, Precarização E Informalidade**. Serviço Social & Sociedade, V. 111, P. 450-467, 2012.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a04.pdf>>. Acesso em:07/11/2019

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil** / Tereza Cristina Santos.Martins. - Recife: O Autor, 2012.

MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. **Discussão Acerca Da Eficácia Da Lei Áurea**. Meritum – Belo Horizonte – V.7 – N. 1 – P. 355-387 – jan. /Jun. 2012.Diponível em:
<<http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/download/1208/829>>.Acesso em: 07/11/2019

NASCIMENTO, A. J.; MEDEIROS, M. G. **O Fim Da Escravidão E Suas Consequências**. In: Iv Colóquio De História, 2010, Recife. Abordagem Interdisciplinares Sobre A História Da Sexualidade. Recife: Fasa - Unicp, 2010. P. 01-748. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4col-p.309.pdf>>.Acesso Em:07/11/2019

NOGUEIRA, I.; VETTORAZZO, L.**Catador É O Primeiro Condenado Após Onda De Manifestações**.Folha.S.P.2013. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1380488-catador-e-o-primeiro-condenado-apos-onda-de-manifestacoes.shtml>>.Acesso em: 07/11/2018

RIBEIRO, Djalmila. **O que é lugar de fala?** BELO HORIZONTE- MG: letramento,2017.

PEREIRA, Érica dos Santos. **A prática sócia educativa do Serviço Social na construção da autonomia da população em Situação de Rua: uma experiência**

no projeto Levanta-te e Anda em SSA/BA. 2019, 61fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social. Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Salvador, 2019

PEREIRA, O. M. L. . **A Dor Da Cor: Relexões Sobre O Papel Do Negro No Brasil.** Cadernos Imbondeiro , V. 2, P. 22-22, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ci/article/view/14101/8747>>. Acesso em: 07/11/2019

PINSKY, Jaime, **A Escravidão No Brasil** / Jaime Pinsky. 21. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010. – (Repensando A História). Disponível em: <https://www.academia.edu/16853393/escravid%c3%a3o_no_brasil>. Acesso em:07/11/2019

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **Decreto LEI nº 0 731**, de 4 de setembro de 1850. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, v.. 1, p. 233, 14 nov. 1850.Diponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm>. Acesso em:07/11/2919

RIBEIRO, A.A.M. **Homens Negros,Negro Homem: Para Discutir Masculinidade Negras Escolas.** 2015.Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/homens-negros-negro-homem-para-discutir-masculinidades-negras-na-escola_alanribeiro.pdf>. Aceso em: 07/11/2019

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro A Formação E O Sentido Do Brasil.** São Paulo. Companhia Das Letras.1995.

RIBEIRO, D. **Quem Tem Medo Do Feminismo Negro.**2018

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas E Desigualdades No Terceiro Mundo.** São Paulo: Nobel, 1997.

SALVADOR. Seminário dos 10 anos do Projeto Levanta-te e Anda. **LEVANTA-TE E ANDA:Uma década promovendo inclusão social e experiências humanas.** NEDH/UCSAL E PLA. 2018

SANTOS, Iraci. **Direito a ter direitos: assistência social à população adulta em situação de rua em Salvador.** Salvador, 2014

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005** / Maria Lucia Lopes da Silva; Ivanete Salete Boschetti Ferreira. _ Brasília, 2006.

SOUSA, N.S. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em Ascensão social**/ Neusa Santos Souza- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

THEODORO, M. L. **A Formação Do Mercado De Trabalho E A Questão Racial No Brasil**. In. As Políticas Públicas E A Desigualdade Racial No Brasil: 120 Anos Após A Abolição. Brasília : Ipea, 2008. 176 P. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_livrodesigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 07/11/2019

YAZBEK, M. C.. **Serviço Social e Pobreza**. Revista Katálisis , V. 13, P. 153-154, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>>. Acesso em: 09/11/2019